

31 MAI 2014

O ESTADO DE S. PAULO

# Entidade quer mudar indicações ao STF

Associação defende que juízes tenham cota na escolha dos ministros da Corte; hoje, atribuição é exclusiva da Presidência da República

## Associação de juízes quer 'cota' no Supremo

A aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF, animou entidades de juízes a retomar o debate sobre o modelo de indicação dos integrantes da Corte e propor a criação de uma "cota" para a categoria. Dos 11 ministros do STF, 4 foram indicados pela presidente Dilma Rousseff e 4 pelo ex-presidente Lula.

**Daiene Cardoso** / BRASÍLIA

O anúncio da aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, animou entidades de juízes a retomar o debate sobre o modelo de indicação dos integrantes da Corte. Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por exemplo, quer criar uma "cota" para a categoria, ou seja, quer tirar a exclusividade de indicação das mãos do presidente da República.

Dos 11 ministros que integram hoje o Supremo, quatro foram indicados pela presidente Dilma Rousseff (Rosa Weber, Luiz Fux, Teori Zavascki e Luís Roberto Barroso), quatro por Luiz Inácio Lula da Silva (Joaquim Barbosa, Antonio Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski), um por Fernando Henrique Cardoso (Gilmar Mendes), um por Fernando Collor de Mello (Marco Aurélio Mello) e um por José Sarney (Celso de Mello).

Com a saída de Barbosa, Dilma terá sua quinta indicação. Com a aposentadoria compulsória dos integrantes da Corte

aos 70 anos, o próximo presidente da República irá indicar cinco nomes para o Supremo entre os anos de 2015 e 2018.

A "cota" par magistrados é defendida pelo presidente da AMB, João Ricardo dos Santos Costa. "O Supremo é uma Corte política, mas seria importante que aquele juiz que começou lá na comarca do interior do Brasil e que passou por todas as instâncias pudesse levar sua experiência para o STF", afirmou.

As mudanças encontram respaldo no Congresso Nacional. Só na Câmara, pelo menos sete projetos incluem a participação de entidades e até mesmo do Parlamento no sistema de substituição de ministros.

O deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) é o autor de uma das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) em trâmite na Casa. Apresentado em 2009 à pedido de uma entidade da magistratura, a PEC cria a obrigatoriedade de formação de uma lista com seis nomes indicados pelos ministros do próprio STF. A PEC estabelece também a idade mínima de 45 anos para os candidatos para a vaga de ministro e determina que seja um juiz de carreira. "Minha ideia é aperfeiçoar o sistema", diz o pedetista.

Cunha critica o atual sistema que, em sua opinião, dá poder à Presidência de escolher livremente o ministro do STF.

O deputado Fábio Trad (PMDB-MS), segundo vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, também condena a "contaminação" do sistema de escolha por influência "político-partidária". Ele defende que entidades como a

OAB, Ministério Público e o próprio Judiciário indiquem nomes à Presidência da República. "Inibiria essa contaminação e daria mais legitimidade ao processo."

Há dois casos na Corte em que os ministros foram indicados por presidentes para os quais trabalharam. Gilmar Mendes foi Advogado-Geral da União de FHC antes de ir para o Supremo. Antonio Dias Toffoli teve o mesmo cargo no governo Lula antes de chegar à Corte. Toffoli também havia sido advogado do PT.

O deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) não vê grandes chances do tema entrar em pauta neste ano em virtude da eleição. O tucano destaca que é possível aperfeiçoar os critérios do sistema, mas defende que a prerrogativa de escolha continue nas mãos da Presidência da República, como acontece em vários países.

**COLABOROU FELIPE RECONDO**

**CONTINUA**

31 MAI 2014

## O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

# Futuro do ministro está entre academia e política

**Mariângela Gallucci** / BRASÍLIA

“Foro íntimo” e “livre arbítrio” foram as justificativas oficiais para a saída antecipada de Joaquim Barbosa do cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal e da própria Corte. Aos 59 anos, Barbosa poderia ficar no comando do Judiciário até novembro e no STF até 2024. Mas a interrupção, neste ano, era dada como certa há tempo por ministros e funcionários do tribunal.

Desde que tomou posse como integrante do STF, ele avisava que não pretendia permanecer no Supremo até os 70 anos, quando todo funcionário público no Brasil é obrigado a se aposentar compulsoriamente. Barbosa sempre pregou a ideia de que renovar a composição do STF é “salutar”. “É importantíssima a renovação. Durante a minha sabatina (*no Senado*), eu disse que não seria contrário a mudança nas regras de nomeação para Supremo, com a introdução de mandatos, desde que não fosse mandato muito curto, que é desestabilizador, e nem extraordinariamente longo. Falei até em mandato de 12 anos. Completei 11, então está bom”, disse Barbosa a jornalistas na quinta-feira, dia em que anunciou que se aposentaria.

Relator do processo do mensalão, aberto em 2007, Barbosa sempre dava sinais de estar estafado. Com 40 réus, a ação quebrou todos os recordes do tribunal, seja em volume ou em duração do julgamento. Durante a condução do processo, o ministro se indispôs com advogados e até colegas, como o vice-presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que foi o revisor do caso. Com os condenados já cumprindo as penas desde novembro de 2013, Barbosa teria considerado como cumprida a sua missão.

Ministros do Supremo observam que a aposentadoria deixará Barbosa livre para exercer uma atividade que ele demonstra ter muito prazer: a de professor e palestrante, principalmente em universidades estrangeiras. Dono de um imóvel em Miami, nos Estados Unidos, o ministro, segundo amigos próximos, estuda passar ali uma temporada. A carreira acadêmica, no Rio, voltando para a UERJ, ou no exterior.

Outra possibilidade seria o engajamento na política. Como não saiu do STF e se filiou a um partido até abril, uma candidatura neste ano está descartada. Presidenciais de oposição tentam obter, porém, o apoio de Barbosa.

Ao falar sobre a saída de Barbosa do STF, ministros do tribunal lembraram do problema no quadril enfrentado por ele há anos. Frequentemente, o presidente do Supremo participa das sessões de julgamento em pé para minimizar as dores, ressaltaram.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## RUBENS GLEZER

31 MAI 2014

SUPREMO EM PAUTA:

Rubens Glezer

ESTADÃO FGV DIREITO SP

### Exposição do STF é instrumento que não se deve abrir mão

A relação entre juízes e a opinião pública tem sido objeto de diversas análises. O julgamento do processo do mensalão – ação penal 470 – colocou o Supremo Tribunal Federal na pauta jornalística de maneira inédita, mas existem indicações de um movimento para que o tribunal se afaste dos holofotes.

Em primeiro lugar, conforme noticiado pelo Estado, o próximo presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski, que assumirá o posto após a anunciada aposentadoria do atual, Joaquim Barbosa, dará preferências a julgamentos “com menos clamor” em sua gestão.

A intenção do magistrado seria deixar as questões polêmicas de moralidade política aos cuidados do Legislativo. Em segundo lugar, as ações penais originárias passarão a ser julgadas pelas turmas do STF (grupos de cinco ministros), cujas sessões não são transmitidas pela TV Justiça.

Essas medidas visam, especialmente, aliviar a sobrecarga na pauta de julgamento do plenário do STF (reunião dos 11 ministros) e, nesse sentido, são louváveis. Porém, é necessário ter cautela com os possíveis efeitos negativos que podem estar atrelados à consequente perda de visibilidade ligada a tais medidas.

Afinal, temos ganhado muito com a exposição do Supremo na TV Justiça. Todas as posições individuais dos integrantes da Corte ficam às claras e a possibilidade de controle sobre os argumentos e debates dos ministros tem sido uma experiência positiva.

O que teria sido do julgamento do processo do mensalão se tivesse ocorrido à portas fechadas? Se após meses de enclausuramento os ministros “surgissem” com uma decisão final? Há quem acredite que teríamos tido um julgamento racional e menos exposto às vaidades, inclinações políticas e pressões da mídia. Tenho a impressão de que todos esses componentes estariam presentes mas, além de tudo, não teríamos ideia do que teria acontecido na deliberação.

Hoje temos no Brasil uma Corte Constitucional que está amplamente sujeita a críticas em tempo real enquanto toma suas decisões. Esse é um instrumento de controle democrático extremamente poderoso e não devemos abrir mão dele.

COORDENADOR DO SUPREMO EM PAUTA

#### o chance

O presidente do PT, Rui Falcão, afirmou ontem que, com a saída de Joaquim Barbosa, os condenados do mensalão terão a chance de poder voltar a trabalhar fora da prisão, benefício que o presidente do STF havia vetado.

#### o Experiência

“Seria importante que o juiz que começou no interior do Brasil e que passou por todas as instâncias pudesse levar sua experiência para o STF”  
João Ricardo dos Santos Costa  
PRESIDENTE DA AMB

31 MAI 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### Dever cumprido

**P**odendo ainda ficar mais dez anos como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e tendo ainda pela frente meio ano de mandato como presidente daquela Corte, Joaquim Barbosa decidiu aposentar-se a partir de 1.º de julho. A decisão de abandonar o proselício da vida pública pode parecer prematura. Mas o fato é que a aposentadoria de Barbosa encerrará um ciclo importante da História do País. Foi sua grande obra o julgamento da Ação Penal 470, que sinalizou o fim da impunidade dos poderosos e ajudou a restaurar a confiança dos brasileiros no império da lei.

Apesar disso, e ficando em evidência durante o julgamento do mensalão, Joaquim Barbosa esteve sempre longe de ser uma unanimidade nacional. Isto se deveu, em parte, à aspeireza de seu temperamento, sempre pronto a confrontar com contundência e, não raro, deselegância, as divergências e as provocações. Mas deveu-se, também, à virulenta orquestração dos interesses político-partidários contrariados por sua meticulosa e sólida condução, na condição de relator, do julgamento do mensalão.

Se, por um lado, os excessos temperamentais do ministro não engrandecem sua biografia, por outro, o combate sem tréguas contra ele movido pelo comando e pela militância de um partido político que se sentiu ameaçado nos planos de

permanecer no poder a qualquer preço dá a exata medida do exemplar zelo com que Joaquim Barbosa soube preservar sua autonomia e imparcialidade de magistrado. Afinal, sua condução à Suprema Corte, em 2003, foi obra exatamente do governo envolvido até a medula nos crimes que acabaram colocando atrás das grades líderes de primeira grandeza do PT e aliados.

O papel que Joaquim Barbosa se dispôs a exercer doravante na vida pública brasileira é um problema que diz respeito exclusivamente a ele próprio. Mas desde já, mal anunciada sua intenção de se aposentar, lideranças dos principais partidos de oposição manifestaram a intenção de contar com o prestígio de seu apoio. Devem saber o que estão fazendo. Joaquim Barbosa, no entanto, escolheu o momento de anunciar sua aposentadoria para sinalizar que não se renderia a barganhas políticas. Porque se esse fosse seu intento, pelo menos imediato, como insistem seus detratores, teria anunciado sua decisão algumas semanas antes, quando ainda tinha a possibilidade de se filiar a uma legenda partidária para, se fosse o caso, disputar as eleições de outubro.

A vaga que a aposentadoria de Joaquim Barbosa abrirá no STF a partir de julho coloca a presidente Dilma Rousseff diante da delicada responsabilidade de nomear o substituto. A questão é bem mais complexa do que certamente ima-

ginam muitos de seus correligionários para os quais a escolha “certa” é aquela que leva em conta parâmetros de comprometimento do candidato à vaga com o partido do governo. Trata-se de um critério que projeta tenebrosas dúvidas não apenas sobre o escolhido para o cargo, mas sobre todo o Supremo, como mostra experiência recente.

Ocorre que, pelo menos até a decisão do pleito presidencial, provavelmente no segundo turno de 26 de outubro, a escolha de um novo ministro claramente identificado com o partido no poder pode repercutir negativamente na faixa do eleitorado independente – aquele não necessariamente comprometido com alguma legenda em particular. Seria o caso dos dois nomes que imediatamente passaram a ser especulados como fortes candidatos: o do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o do advogado-geral da União, Luis Inácio Adams. Mais do que conhecidos por seus méritos como juristas, ambos são facilmente identificados como petistas, o que certamente seria usado pela oposição.

Ao longo dos quase três anos e meio de mandato, a presidente Dilma teve a sabedoria de se manter rigorosamente distante da polêmica criada a partir da Ação Penal 470, que incendiou a opinião pública, levando alguns – como Lula – a equiparar o feito judicial a uma “fraude”. É de esperar que esse comportamento não mude.

31 MAI 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### SÔNIA RACY

#### Minha casa

**Joaquim Barbosa** não pretende deixar a capital federal tão cedo. Já está procurando apartamento por lá, para morar. Quer continuar na ponte aérea Brasília-Rio.

Em seus planos, dar aulas e prestar consultoria.

#### Confete

Dois ex-colegas, aliás, rasgaram elogios a ele. “É um magistrado sério, corajoso e de opiniões fortes”, disse à coluna **Carlos Ayres Britto**. “Deixa um bom legado.”

**Eros Grau** emendou: “Nem sempre votamos no mesmo sentido, mas sempre respeitei a solidez de suas razões”.

31 MAI 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

# Defesa de doleiro quer anular provas da Lava Jato

*Mariangela Gallucci* | BRASÍLIA

Advogados do doleiro Alberto Youssef pediram ontem ao Supremo Tribunal Federal que anule as provas obtidas pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal, que investiga um suposto esquema bilionário de lavagem de dinheiro.

A defesa do doleiro alega que o juiz da 13ª. Vara Federal em Curitiba, Sérgio Moro, não poderia ter atuado no caso. A argumentação é de que em 2010 o magistrado teria se declarado suspeito por foro íntimo de conduzir uma investigação conexa envolvendo Youssef. Por causa disso, conforme a defesa, o juiz estaria impedido de atuar no caso.

Youssef e outros acusados foram presos na Operação Lava Jato. Durante as apurações, foram encontradas suspeitas de envolvimento de congressistas com o doleiro. Entre eles, o deputado federal André Vargas (sem partido-PR).

Recentemente, o ministro Teori Zavascki, do STF, analisou uma reclamação do ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa, também acusado, e determinou a transferência de todos os processos para o tribunal. Na reclamação, a defesa de Costa argumentou que o processo deveria tramitar no Supremo e não na 13ª. Vara Federal em Curitiba. Isso porque haveria suspeitas de envolvimento de parlamentares.

Deputados e senadores têm o direito, conhecido como foro privilegiado, de serem investigados e processados criminalmente somente perante o Supremo.

Zavascki determinou a suspensão de todos os inquéritos e ações penais relacionadas à operação e ordenou a libertação dos réus. Mas, após receber informações do juiz Moro, o ministro decidiu soltar apenas o ex-diretor da Petrobrás.

**Parecer.** Em parecer enviado nesta semana ao STF, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, disse que são válidas todas as decisões do juiz Moro nos processos da Operação Lava Jato. De acordo com ele, na ocasião em que foram colhidas as provas eram desconhecidos os indícios de envolvimento de congressistas.

Ele citou o caso de Vargas. “Em relação ao deputado federal André Vargas, primeiro com prerrogativa de foro perante a Corte Suprema do qual se teve notícia nos autos, a referência a ele foi veiculada somente nos autos da interceptação telefônica e telemática de Alberto Youssef (doleiro)”, afirmou.

31 MAI 2014

O ESTADO DE S. PAULO

# Inquérito da PF que investiga ministro vai para o Supremo

Titular do Trabalho, Manoel Dias é suspeito de participar de esquema que empregava filiados do PDT como funcionários 'fantasmas' em SC

Fábio Fabrini | BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal vai analisar o envolvimento do ministro do Trabalho, Manoel Dias (PDT-SC), em esquema suspeito de empregar filiados do seu partido como funcionários "fantasmas" de uma entidade que recebeu verba do ministério.

A Justiça Federal em Santa Catarina decidiu remeter à Corte os autos de inquérito da Polícia Federal que aponta a possível participação de Dias como "corresponsável" por contratações indevidas na Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Tijucas e Itajaí-Mirim (ADRVale) - a pasta firmou com a entidade convênios num valor total de R\$ 11,3 milhões para qualificação profissional.

A apuração da Polícia Federal partiu de revelações feitas por um ex-dirigente do PDT ao Estado, em setembro do ano passado. Ex-presidente da Juventude do partido em Santa Catarina, John Sievers disse que, em 2008, a mando de Manoel Dias, recebeu pagamentos da ADRVale sem trabalhar, de fato, para ela. Na ocasião, o hoje ministro do Trabalho comandava o diretório catarinense da legenda.

Sievers afirmou que, na prática, prestava serviços à Universidade Leonel Brizola - instituição ligada ao PDT, responsável pela formação de militantes. O

## • Decisão

"Entre os investigados consta o nome de Manoel Dias, atual ministro do Trabalho, como possível corresponsável pela, em tese, contratação indevida de empregados pela empresa ADRVale com indícios de malversação de verbas federais (...) A remessa do feito ao STF é medida que se impõe adequada"

Micheli Polippo

JUÍZA FEDERAL

denunciante reiterou as declarações à Polícia Federal, que, ao ampliar a investigação, colheu depoimentos de outros supostos empregados "fantasmas".

**Foro.** Ao remeter o caso para o Supremo, a juíza federal substituta Micheli Polippo atende a pedidos da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Na decisão, da segunda-feira passada, ela argumenta que, sendo imputadas ao ministro as práticas, "em tese", dos crimes de peculato (desvio de recursos) e formação de quadrilha, cabe o envio dos autos, pois ele tem direito a foro privilegiado.

De acordo com a Constituição, só o Supremo pode autorizar investigações de ministros do governo na esfera penal. "A

remessa do feito ao STF para a continuidade da persecução penal é medida que se impõe adequada", escreveu ela.

Com sede em Brusque (SC), a ADRVale era dirigida por pedetistas quando firmou os convênios com o Ministério do Trabalho. Na época, a pasta era comandada por Carlos Lupi (PDT-RJ), aliado e antecessor de Dias.

Conforme o inquérito da Polícia Federal, além da suspeita de contratação de "fantasmas", houve desconrole de gastos e dispensa indevida de licitação em subcontratações feitas pela entidade. Parte do dinheiro transferido pelo ministério teria sido repassado para empresas controladas pelos então dirigentes da agência.

Além disso, não haveria comprovação de que os cursos pactuados nos convênios foram realizados. A entidade nega irregularidades, diz ter cumprido todas as exigências dos contratos e alega que, sendo pedetistas ou não, todos os funcionários efetivamente trabalharam.

Procurado, o ministro Manoel Dias informou, por sua assessoria, que não vai se pronunciar sobre a decisão da Justiça Federal e que aguardará a análise definitiva do caso pelo STF. Ele nega participação em qualquer acerto para que filiados recebessem pagamentos como "fantasmas" e atribui as acusações a "fogo amigo".

31 MAI 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça obriga Estado a revalidar lei de reposição florestal

Legislação que exige dos consumidores o replantio foi suspensa em 2013 por suposto conflito com o novo Código Florestal

**Fabio Leite**

Uma liminar da Justiça de São Paulo obriga o governo Geraldo Alckmin (PSDB) a revalidar a lei estadual que exige a reposição florestal para os consumidores de matéria-prima retirada de florestas plantadas. A legislação foi suspensa em agosto pela Secretaria do Meio Ambiente, que alegou conflito com o novo Código Florestal.

A juíza Laís Helena Bresser Lang Amaral, da 2.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública, acolheu pedido feito em ação civil pública movida pela Federação das Associações de Recuperação Florestal do Estado de São Paulo (Faresp), que faz a reposição a partir da taxa paga pelos consumidores da matéria-prima. Na ação, a Faresp afirma ter sido “surpreendida” com a suspensão da Lei 10.780/01, do decreto 52.762/08 e da resolução 82/08. Segundo a secretaria, “a Procuradoria-Geral do Estado, por meio da consultoria jurídica, emitiu parecer que confirma a existência de conflito entre a nova norma federal e as normas estaduais, bem como orientou a secretaria no sentido de não aplicar mais o decreto”.

O argumento foi rebatido pela Faresp na ação. “É importante frisar que o novo Código Florestal, ao contrário do que pretende sustentar o Estado de São Paulo, esclareceu com detalhes essa obrigação de reposição florestal em todos os casos de uso de produtos e subprodutos florestais. Não garantir a reposição florestal é, portanto, decretar a falência ambiental.”

O novo Código Florestal, aprovado em 2012 após intenso embate entre ruralistas e ambientalistas, estabelece que só as árvores nativas cortadas precisam ser repostas, e não exige replantio de árvores de florestas plantadas. Em São Paulo, contudo, o corte de mata nativa é proibido. Segundo o presidente da entidade, José Catarino, cerca de 5 milhões de árvores deixaram de ser repostas desde a suspensão da lei estadual. “A Constituição Federal fala que na área ambiental, como na saúde e no saneamento, a legislação estadual pode concorrer com a federal desde que seja mais restritiva. É um equívoco da secretaria afirmar que há conflito. Eles estão sendo omisso”, completa.

Na liminar, a juíza Laís Helena Bresser Lang Amaral deu prazo de 20 dias para que a Secretaria do Meio Ambiente volte a oferecer o sistema de acompanhamento da reposição florestal. Em nota, a pasta informou que a ainda não recebeu o despacho da decisão liminar e vai ouvir a Procuradoria-Geral.

**o Multa  
R\$ 50 mil**

foi a multa diária determinada pela juíza, em caso de descumprimento de sua decisão por parte da secretaria estadual

### ANALÂNDIA

#### Júri condena mandante de morte de vereador

Foi condenado anteontem o homem acusado de ser o mandante do assassinato do vereador Edvaldo José Nalin (DEM), em outubro de 2010, em Analândia, no interior paulista. Luiz Carlos Perin, estava foragido desde 2013, mas compareceu ao júri. O vereador foi assassinado após denunciar, na Câmara, irregularidades na gestão do então prefeito José Roberto Perin (DEM), irmão de Luiz Carlos.

### BAHIA

#### Líder da greve da PM tem liberdade decretada

A Justiça Federal na Bahia mandou soltar o vereador Marco Prisco (PSDB), que liderou a greve da Polícia Militar na Bahia em 2012 e em abril deste ano. Ele está preso desde abril, por causa do movimento do ano retrasado. A Justiça determinou o monitoramento eletrônico de Prisco e seu afastamento da presidência da Associação de Policiais e Bombeiros e seus Familiares do Estado da Bahia (Aspra).

**18**  
ANOS E 8 MESES  
DE PRISÃO É A  
PENALIDADE DO  
IRMÃO DO EX-PREFEITO

01 JUN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO STF prepara fase mais voltada à Constituição

Com aval de Barbosa, pauta prioriza casos de repercussão e de inconstitucionalidade

**Felipe Recondo** / BRASÍLIA

A decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, de se aposentar no fim de junho coincide com o início de uma nova etapa da Corte, chancelada pelo próprio ministro. Se sob sua gestão o STF ganhou os holofotes e foi decisivo para romper o manto da impunidade que protegia políticos poderosos, a próxima fase marca a retomada da vocação de guardião da Constituição.

Ministros ouvidos pela reportagem acreditam que a recente decisão de remeter para as turmas de julgamento os inquéritos e ações penais contra autoridades será o motivo principal para essa mudança. A medida tende a desobstruir a pauta de julgamentos do plenário do Supremo e abre espaço para os temas “nobres”, como processos de repercussão geral e ações diretas de inconstitucionalidade.

Por essa visão, o caso do mensalão funcionou como estágio necessário à “evolução” da Corte. O processo foi aberto em 2007, levado para julgamento no plenário em 2012 e ainda hoje tem pendências a serem resolvidas pelos ministros, como o direito ao trabalho externo dos condenados ao regime semiaberto, barrado em decisões monocráticas de Barbosa nas últi-

mas semanas. Apesar disso, a sentença à prisão de um ex-ministro (José Dirceu), ex-deputados (Roberto Jefferson e Valdemar Costa Neto, entre outros) e ex-dirigentes partidários (José Genoíno e Delúbio Soares) fortaleceu o Supremo como “tribunal penal” que ajudou a expiar a imagem de que a Justiça só atingiria os desprovidos de dinheiro e proteção política.

**Novo rito.** Antes de decidir julgar políticos com foro privilegiado nas turmas, o Supremo adotava a prática de reservar uma das duas sessões semanais do plenário para o julgamento de inquéritos e ações penais, em razão das especificidades dos processos criminais e dos riscos de prescrição. Hoje, existem mais de 500 inquéritos em tramitação e 99 ações penais na fila. O STF continuará tendo de correr contra o tempo para julgar esses casos, mas a partir das próximas semanas os processos serão discutidos sem transmissão ao vivo e com a participação de 5 dos 11 ministros.

As sessões das turmas não são exibidas pela TV Justiça. Como consequência, os julgamentos são mais rápidos, os ministros resumem seus votos e flexibilizam a ritualística que caracteriza as sessões plenárias. Dentre os atuais integrantes e defensores da alteração, há quem diga que o julgamento do mensa-

**Substituto**  
Com a saída de Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski vai assumir interinamente o STF em julho, durante o recesso. Em agosto, terá de marcar a data da sessão em que será eleito presidente em definitivo.

lão teria levado metade do tempo caso não fosse transmitido ao vivo para todo o País.

A prioridade agora, mudança chancelada pelo próprio Barbosa, é justamente reservar a pauta do STF para os temas mais “nobres”, ligados à Constituição. O problema principal a ser resolvido hoje na Corte é o congestionamento de processos com repercussão geral reconhecida. Do julgamento desses 750 assuntos escolhidos pelos ministros – cuja solução irradiará sobre todas as instâncias – dependem mais de 150 mil ações em tramitação em outros tribunais, paralisados à espera da manifestação do STF.

Em seguida, a prioridade passa a ser o julgamento de processos de inconstitucionalidade. Hoje, cerca de 1.800 ações em tramitação no Supremo contestam leis federais e estaduais, sob alegação de incompatibilidade com a Carta. Como guardião da Constituição, o Supremo deveria ter como tarefa primordial analisar essas ações.

**CONTINUA**

01 JUN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**'Menos nobres'.** Os ministros vinham alterando o regimento para tirar do plenários assuntos "menos nobres", sem relação direta com a constitucionalidade de leis. Pouco depois de julgado o pedido de extradição do ex-ativista italiano Cesare Battisti, condenado à prisão perpétua na Itália que recebeu em 2010 asilo político do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ministros remeteram demais casos análogos para as turmas.

Na mesma decisão que transferiu os processos criminais para as turmas, o tribunal eliminou a competência do plenário para julgar as centenas de ações ajuizadas no tribunal contra atos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os habeas corpus – aproximadamente 2.400 aguardam julgamento – já tramitam nas turmas.

01 JUN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO Despedida

Após 11 anos no STF, o ministro Joaquim Barbosa anunciou na quinta sua aposentadoria precoce. "Meus planos imediatos são dois: ver a Copa em Brasília e descansar", disse Barbosa, esquivando-se de responder sobre a possibilidade de migrar para a política agora.

**Abraco.  
Recebido  
por Calheiros,  
ministro visita  
presidência  
do Senado**



## De virtudes e vícios

Cientista político analisa a complexa figura de Barbosa, o fato novo na história nacional

CONTINUA

**ROBERTO ROMANO**, PROFESSOR DA UNICAMP,  
É AUTOR DE *O CALDEIRÃO DE MEDEIA*  
(PERSPECTIVA)

**Roberto Romano**

**Joaquim** Barbosa é um fato novo na história do Estado brasileiro. Ele pode ser visto pelo ângulo de seu rigor intelectual: poucos magistrados de nossa terra podem ostentar um saber polifacetado como o adquirido por ele. Não se trata de um acadêmico pedante que abusa do latim e das línguas estrangeiras, as quais ele domina muito bem. Ele não invoca clássicos do direito e da filosofia em vão, suas falas primam pelo uso breve das citações e as traz a lume apenas para ilustrar seus pontos de vista, respeitando os ouvintes e leitores. O mesmo rigor da mente educada ele exhibe quando se trata de matéria ética. Sua coragem na Ação Penal 470 será reconhecida por muitas gerações futuras de brasileiros, sempre desencorajados pela demagogia, falta de firmeza e populismo dos nossos políticos. Durante todo o debate sobre o famigerado mensalão, Barbosa mostrou que seguia princípios jurídicos e morais em níveis superiores de integridade. Acossado pelos sectários de todos os calibres, manteve alta sua dignidade pessoal e honrou o cargo ocupado.

Como toda personalidade que precisa vencer obstáculos fortes, ele usou a vontade como poucos juízes brasileiros o fizeram. Egresso do Ministério Público, uma das mais relevantes instituições nacionais na luta contra a endêmica corrupção brasileira, sua busca de aplicar a lei aos crimes ressaltou um querer férreo, inquebrantável.

Mesmo antes de presidir o STF, ele mostrou plena combatividade quando, em discussão acirrada com seus pares, defendeu pontos de vista impopulares entre os que tendem para a leniência nos assuntos públicos. Primeiro negro a ocupar uma cadeira presidencial no Supremo, ele pouco se valia da cor para vencer disputas. Chegou aonde chegou pelo brilho do intelecto e pela vontade indômita.

As mesmas qualidades que o tornaram um fato inédito no Estado brasileiro dele fizeram, no entanto, uma pessoa inflexível, cujos traços de autoritarismo aumentaram quanto mais desafiado ele era. Algumas vezes chegou às raias da injustiça, como ao dizer em seu voto sobre a reforma da Previdência (encaminhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva) que não existem direitos adquiridos, caso contrário a escravidão ainda seria vigente entre nós. A situação era totalmente outra face ao alegado histórico: no caso dos aposentados, o problema não era de escravidão ou de propriedade de seres humanos, mas de trabalho duro exerci-

do durante décadas. Com seu voto, ele deu a vitória à reforma da Previdência, a derrota aos trabalhadores que pediam justiça.

Outras medidas também intempestivas foram assumidas por ele, como a prisão dos chamados mensaleiros em pleno feriado nacional, deles extraindo a mínima segurança jurídica de prisão à luz do dia e com acompanhamento público. Se foi voluntarioso diante dos réus, também usou de maneira intolerante sua autoridade de presidente do STF para humilhar seus pares de escalão inferior, fugindo às regras básicas da etiqueta que exige respeito do superior pelos subordinados. O ex-presidente do STF, Ayres Brito, costuma dizer que a etiqueta é uma ética de bolso. Parece irrelevante, mas quem, num plano hierárquico superior, desrespeita as normas de boas maneiras corrói sua própria autoridade. Ao receber seus pares de pé, usando termos ríspidos como se eles fossem seus inimigos, Barbosa exibiu para a nação inteira um pleno desprezo pela dignidade magistral. Ele não só fugiu às normas como deslustrou toda a hierarquia do poder Judiciário.

Ao ser aplaudido por grande quantidade de cidadãos, sem mais paciência para os olhos fechados diante dos crimes, sobretudo os de corrupção política, sua vontade imperial aumentou, diminuindo a cautela diante dos escolhos e objeções. Por sua atitude imperial, perdeu apoio dos colegas, prenunciando uma solidão grave após deixar o comando do STF. Com certeza tal fator foi decisivo em sua opção pela mais do que precoce aposentadoria.

Falou-se muito numa possível candidatura de Barbosa à presidência da República. Conto entre os que temiam tal hipótese. Já tivemos vários presidentes com perfil autoritário que, em nome da moralidade pública, deixaram o País em situação dramática. Jânio Quadros, cujo moralismo histriônico protagonizou cenas ridículas e patéticas no seu curto período administrativo, abriu a porta para os golpes de Estado que vieram após sua renúncia. E foi a causa não muito remota do golpe de 1964. Fernando Collor, o caçador de marajás, deixou o país em situação caótica, após ter imposto aos cidadãos um plano que, na verdade, foi um confisco inútil.

O mais grave no perfil de Barbosa é sua personalidade autoritária, que poderia causar malefícios enormes com sua possível elevação ao Palácio do Planalto. Tudo indica que ele seguirá o caminho do Legislativo como senador. Talvez seja o posto mais adequado ao seu perfil. No Congresso ele poderá usar seu imenso saber jurídico e humanístico na proposição de leis, além de bem usar sua vontade férrea para fiscalizar os poderes do Estado nas três vertentes, Executivo, Legislativo, Judiciário.

De qualquer modo, o juízo sobre sua pessoa, embora polêmico, resulta em todas as mentes brasileiras no seguinte: trata-se de um homem à altura dos nossos tempos.

01 JUN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

**ANÁLISE:** *Felipe Recondo*

## Um ministro isolado entre os Poderes

**A**s críticas a problemas do Judiciário e o desempenho no julgamento do mensalão deram notoriedade pública ao ministro Joaquim Barbosa, mas afetaram a atuação do presidente do Supremo Tribunal Federal em questões que dependiam da relação com os demais Poderes da República.

Foi com bandeiras como chamar de “conluio” a relação entre juízes e advogados e criticar o excesso de recursos judiciais, mirar a atuação de parentes de magistrados nos tribunais e atacar a desigualdade entre ricos e pobres na Justiça que Barbosa ganhou popularidade na mesma proporção em que se reduziam as pontes para pautas dependentes da relação com o Executivo e o Legislativo.

Antes mesmo de assumir a presidência do tribunal, Barbosa adiantava que não proporia mudanças num quadro que considerava caótico. Afirmava que, se mandasse alguma proposta para o Congresso, ela não teria chances de ser aprovada. Seria barrada pelo lobby de advogados e associações de magistrados.

As gestões anteriores a Barbosa foram mais pragmáticas na relação com outros Poderes. O ministro Nelson Jobim construiu com o governo e o Congresso a emenda de Reforma do Judiciário que criou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e aprovou as súmulas vinculantes e da repercussão geral dos processos a serem julgados pelo STF. Coube à ministra Ellen Gracie, sua sucessora, implementar as mudanças na Corte.

O ministro Gilmar Mendes firmou o Segundo Pacto Republicano: conjunto de propostas de melhoria do Judiciário, negociadas com Executivo e Congresso. Dentre as propostas, a nova legislação sobre crime organizado e lavagem de dinheiro. Cezar Peluso, um dos alvos dos ataques de Barbosa, encaminhou ao Congresso proposta de emenda à Constituição que barraria na 2.ª instância os recursos judiciais. O texto tramita no Legislativo.

Com Barbosa no comando do Judiciário, as pautas que dependiam de negociações políticas com o Executivo e o Congresso se reduziram. O maior troféu da gestão, a condenação dos envolvidos no mensalão, teve efeitos pedagógicos e grande alcance político e social, mas renderam polêmica com a Câmara em relação à cassação de mandato dos parlamentares condenados no caso e não chegaram a provocar mudanças na legislação. O Congresso posteriormente pôs fim ao voto secreto nesses casos, mas a demanda era anterior ao mensalão.

Nesta passada, a única proposta com aval de Barbosa vai ao plenário do Senado: a PEC que fixa um extra salarial a cada quinquênio. O texto burla o teto salarial do funcionalismo e ressuscita o pagamento de adicional por tempo de serviço a juízes e integrantes do Ministério Público.

01 JUN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## ENTREVISTA

Carlos Ayres Britto, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal

# 'Supremo foi protagonista muito antes do mensalão'

Ex-presidente da Corte faz elogios à atuação de Barbosa, mas diz que relevância do STF é bem anterior à ação penal

### Fausto Macedo

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto enaltece Joaquim Barbosa – a quem atribui “coragem, desassombro” –, mas não reconhece que a Corte assumiu o papel de protagonista apenas a partir da atuação do colega no mensalão. “Muito antes, o Supremo já interferia no curso da vida do País”, afirma Ayres Britto.

Eles chegaram juntos ao Supremo, no mesmo dia, 25 de junho de 2003, nomeados pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ayres Britto aposentou-se em novembro de 2012, pela compulsória, quando o mais polêmico julgamento da história do STF já estava em curso.

Joaquim Barbosa, hoje presidente da Corte, anunciou na quinta-feira passada sua aposentadoria precoce para junho. Leva no currículo depoimentos acalorados sobre seu estilo, sobretudo na condução do processo que o notabilizou.

### ●Qual a avaliação do sr. da era Joaquim Barbosa?

Ele conseguiu converter irrisoritamente, irretocavelmente,

pré-requisitos de investidura em requisitos de desempenho, independência, conhecimentos técnicos, notável saber jurídico, reputação ilibada, espírito público. A Constituição exige, como condição de investidura, qualidades que Joaquim Barbosa apresentou. Foi corajoso, estudioso, atualizado.

### ●Advogados e juízes conferem a ele truculência, dizem que o ministro não vai deixar saudades.

Eu não gostaria de falar sobre a contumácia dele, do jeito meio desabrido de falar, das vezes em que ele se antagonizou no plano pessoal com alguns ministros. Não quero falar. Senões estão no plano do temperamento. O que interessa é o desempenho dele, no plano de caráter. Eu secundarizo a questão temperamental.

### ●Ele deu um papel de protagonista ao Supremo?

Esse protagonismo do Supremo antecedeu, e muito, a ação penal 470 (mensalão). O que eu chamo de protagonismo é o STF mediante correta interpretação da Constituição. O protagonismo se traduz na interferência no curso da vida do País. Toda Constituição traz consigo essa proposta de refundação do País, levar o País a

funcionar em nova fase democrática, ética, quebra de preconceitos. Isso o Supremo já vinha fazendo antes (do processo do mensalão). O STF vai continuar no seu curso de protagonista, mais afeito à vitalização do texto constitucional. A proatividade que hoje se verifica é muito anterior à ação penal 470 (mensalão).

### ●Ele foi o responsável por levar adiante o julgamento?

Entre abril e novembro de 2012 eu coloquei o processo em julgamento, depois de duas sessões administrativas para deliberar. Sob meu comando formatamos as sessões e o regime de trabalho concentrado, de segunda a sexta-feira, reservamos de agosto a novembro para essa causa. Uma logística que deu certo. Essa história processual teve começo, meio e fim. Joaquim relator, Lewandowski revisor e eu presidia e formatava as sessões. Fiz tudo que me foi possível para legitimar o julgamento, para que, ao final, as pessoas pudessem concordar e não concordar com a Justiça. Ninguém poderá dizer que se tratou de um julgamento de exceção. As 15 primeiras sessões reservei só para os advogados, para que ninguém depois pudesse falar em cerceamento de defesa. A dosimetria das penas fizemos em público.

**CONTINUA**

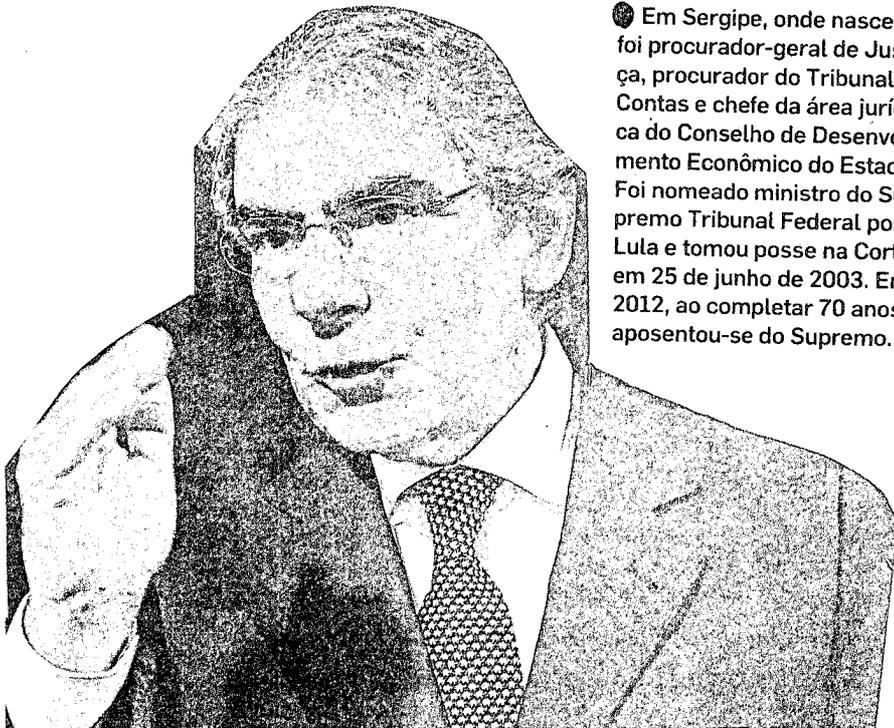
01 JUN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### ● Como a Corte interferia na vida do País antes do mensalão?

O protagonismo se deu por meio de decisões que causaram grande impacto no mundo civilizado. O Supremo foi um agente de transformação muito antes da ação 470. Eu relatei a demanda das células-tronco embrionárias, a homofetividade, Raposa Serra do Sol. Fui o primeiro relator da Lei da Ficha Limpa. Relatei processos de fidelidade partidária no TSE. O STF decidiu sobre a marcha da maconha, liberdade de imprensa, cotas raciais e cotas sociais. Relatei a demanda que autoriza o trabalhador a fazer uso da sua aposentadoria voluntária depois de 30 anos de contribuição e pode continuar no emprego fazendo jus ao salário e a proventos proporcionais às custas do INSS. Isso beneficiou 8 milhões de pessoas. Teve também a interrupção de gravidez de anencéfalo. No âmbito do Judiciário proibimos o nepotismo, houve 4 mil exonerações. Foi um tranco na nossa tradição patrimonialista. A tradição patriarcal foi duramente atingida com a declaração de constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Tudo isso serviu até como preparatório para a mentalidade que prevaleceu no julgamento da ação 470. O Supremo já estava habituado a tomar decisões impactantes.



**Histórico.** Corte já tomava decisões impactantes muito antes do mensalão, diz Ayres Britto

## QUEM É

● Em Sergipe, onde nasceu, foi procurador-geral de Justiça, procurador do Tribunal de Contas e chefe da área jurídica do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado. Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal por Lula e tomou posse na Corte em 25 de junho de 2003. Em 2012, ao completar 70 anos, aposentou-se do Supremo.

## PARA LEMBRAR

### O 1º impulso ao julgamento

Presidente do Supremo em 2012, Carlos Ayres Britto foi o responsável por colocar o mensalão na pauta do plenário da Corte. Ayres Britto assumiu o posto em abril de 2012 e, antes mesmo de tomar posse, disse ser preciso apressar a análise da ação penal. “Como o ano é eleitoral e há certo risco de prescrição de algumas imputações, o conveniente seria apressar o julgamento”, disse na época. Após várias cobranças de Ayres Britto, o revisor do caso, Ricardo Lewandowski, concluiu o parecer em junho de 2012 e o julgamento foi marcado para agosto daquele ano.

01 JUN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### **LAVAGEM DE DINHEIRO Justiça condena filho de Pelé a 33 anos de prisão**

O ex-goleiro Edson Cholbi Nascimento, o Edinho, filho de Pelé, foi condenado a 33 anos e quatro meses de prisão por lavagem de dinheiro do tráfico de drogas. O réu ainda pode recorrer da decisão da 1.<sup>a</sup> Vara Criminal de Praia Grande, no litoral paulista, tomada nesta semana. Edinho já foi preso em 2005 por suspeita de envolvimento com o comércio de drogas e, no ano seguinte, sob acusação de lavar dinheiro oriundo do tráfico.

31 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

» PRECATÓRIOS

## TJ anuncia pagamento de R\$ 200 milhões em dívidas

Katna Baran

Em reunião realizada na última quinta-feira com a diretoria da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Guilherme Luiz Gomes, anunciou o pagamento de R\$ 200 milhões em precatórios — dívidas do estado reconhecidas pela Justiça. O dinheiro já havia sido liberado pelo TJ e governo do estado em janeiro, mas até então nenhum pagamento havia sido efetivado.

Conforme o vice-presidente da OAB-PR, Cássio Telles, a demora em iniciar os pagamentos ocorreu porque o TJ teve que recalcular o valor de todos os precatórios e republicar a lista de credores por ordem crescente — do menor para o maior valor. Os R\$ 200 milhões serão aplicados no pagamento dessa relação até se esgotarem os recursos. A estimativa é que cerca de mil precatórios — do total de 2,2 mil — sejam quitados. Ainda segundo a OAB, o primeiro lote de 300 precatórios já está com os recursos depositados em contas individuais e os alvarás deverão ser liberados nos próximos dias.

### Ordem cronológica

Além do pagamento dos precatórios resultantes de acordos, conforme Telles, o presidente do TJ prometeu iniciar o pagamento dos precatórios de ordem cronológica — do mais antigo para o mais novo. Há pouco mais de R\$ 400 milhões depositados nessa conta. Esse dinheiro estava parado em razão de um imbróglia jurídico ainda sem decisão final do Supremo Tribunal Federal.

O questionamento envolve a ordem da lista de pagamento: enquanto o governo do estado tem uma lista própria, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou o respeito ao critério da ordem cronológica. O vice-presidente da OAB-PR acredita que essa indefinição não deve afetar os pagamentos. “O TJ deve republicar a lista de credores conforme determinação do CNJ, mas com a ressalva de que ainda existe possibilidade de mudança”, diz.

Ainda conforme Telles, a lista dos precatórios atrasados até 1999 deve ser publicada em dez dias e, logo em seguida, terão início os pagamentos. Se isso ocorrer, o estado diminuirá em 10% sua dívida total em precatórios, estimada em R\$ 6 bilhões.

31 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

## Notas Políticas

### **À beira da greve**

Os servidores do Judiciário paranaense decidiram ontem permanecer em estado de greve. Em assembleia, a categoria decidiu não aceitar a proposta salarial apresentada pelo Tribunal de Justiça do Paraná. A categoria marcou uma nova paralisação para o próximo dia 9 e diz que, se não houver nova proposta do TJ, pode entrar em greve.

### **Com pressa**

A Advocacia-Geral da União ingressou ontem no Supremo Tribunal Federal com um pedido de urgência para análise das ações que tentam derrubar decisão do Tribunal Superior Eleitoral que determina nova divisão dos tamanhos das bancadas dos deputados federais de 13 estados. A AGU argumenta que, diante da proximidade das eleições no dia 5 de outubro, e da "indefinição jurídica" da questão, o caso merece prioridade. O Paraná, pela nova regra, perde uma cadeira na Câmara dos Deputados e uma na Assembleia Legislativa.

31 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

## Sobre cotas e concursos

Por mais que se reconheça a legitimidade de ações afirmativas para reduzir desigualdades, elas não são por si mesmas soluções definitivas

**P**arece ganhar força a ideia de que a resolução de problemas complexos como a desigualdade racial pode ser conseguida através da aplicação de políticas de cotas. Prova disso é o projeto de lei estabelecendo reserva de 20% das vagas em concursos de órgãos da administração pública federal, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União para quem se autodeclarar negro. A medida, apresentada pelo Executivo, foi aprovada na semana passada pelo Senado durante votação simbólica e agora aguarda a sanção presidencial.

Por mais que se reconheça a legitimidade de ações afirmativas para reduzir desigualdades ou corrigir injustiças, não se deve acreditar que elas sejam por si mesmas soluções definitivas. Ao contrário, quando não aplicadas de forma adequada, as políticas afirmativas, em especial as de cotas, podem criar distorções perigosas na sociedade. O Brasil é marcado pelo alto grau de miscigenação racial de sua população a ponto de em muitos casos ser difícil para uma pessoa se autodeclarar como negra ou branca. Ao institucionalizar a divisão da sociedade pela cor da pele — critério básico para definir quem será ou não beneficiado pelas cotas — cria-se uma distinção que não faz parte da cultura nacional.

Certamente não se pode negar que a escravidão deixou resquícios difíceis de ser apagados. Isso pode ser comprovado facilmente quando se percebe que a população negra ocupa menos espaços nas universidades, ocupam espaços menos nobres do mercado de trabalho. No serviço público federal, por exemplo, segundo dados do Ministério do Planejamento, a participação dos negros gira em torno de 30%. Se o Estado pode atuar para minimizar essa desigualdade, deve fazê-lo, mas buscando soluções reais. E no caso da desigualdade racial, o problema não é tanto a cor da pele, mas sim a falta de oportunidade.

Mesmo que existam casos — felizmente não tão frequentes — em que a discriminação racial é o impeditivo real de progresso ou ascensão social, o fator determinante ainda é a questão educacional. Sem recursos para conseguir uma educação de excelência — escolas públicas, como se sabe, nem sempre oferecem ensino de qualidade —, pobres, independentemente da cor da pele, com pouca qualificação mantêm-se em empregos com menor ganho salarial, e têm poucas oportunidades de ascender socialmente. Nesse sentido, como já defendemos em outras ocasiões, se a preocupação do governo for mesmo diminuir a desigualdade racial de forma definitiva, faria melhor se oferecesse a todos os brasileiros, sejam negros, brancos ou indígenas, uma educação de qualidade, o que proporcionaria condições mais equânimes de ascensão social. Além de garantir a qualidade do ensino, a universalização do acesso à educação superior também é uma maneira de se promover a diminuição da desigualdade e as cotas, sociais ou raciais, podem ser usadas como uma ferramenta auxiliar para isso.

Sejam sociais ou raciais, as políticas de cotas devem sempre respeitar as liberdades democráticas, como a liberdade de iniciativa; ser provisórias e vir acompanhadas de outras medidas acessórias que garantam a efetiva resolução do problema e com o tempo tornem a própria política afirmativa desnecessária. No caso das cotas raciais em concursos, embora exista a previsão de que se trata de uma medida provisória — o projeto estabelece o vigor da lei em dez anos — não há menção a outras ações para incentivar o aumento da proporção de negros atuando no serviço público. Achar que as cotas por si só bastam beira, na melhor das hipóteses, a ingenuidade ou, na pior, a puro marketing eleitoral.

# GAZETA DO POVO

## ALBERTO DINES

31 MAI 2014

### O fenômeno

### Joaquim Barbosa

**S**e já era espantosa a capacidade do presidente da suprema corte de ocupar o centro das atenções, o anúncio na última quinta-feira da sua aposentadoria imediata reforçou substancialmente o seu poder e a sua magia.

O mistério em torno dos reais motivos que o levaram a interromper uma fulgurante carreira, as versões logo divulgadas — inclusive supostas ameaças de morte — tudo contribuiu para alimentar a magistral perícia desse magistrado para surpreender e empolgar.

A opção pela renúncia é, em si, uma formidável alavanca para produzir admirações. Num ambiente marcado pela ambição desmedida, cobiça exorbitante e sofreguidão pelo poder, o simples gesto de abdicar e abrir mão contrasta vivamente com a legião de mãos sorrateiras, prontas para apoderar-se de tudo.

Barbosa conhece a dinâmica do sebastianismo, o magnetismo exercido pelos encobertos, o fascínio dos sumidos. Escolheu o ostracismo como proteção e reforço. Espontaneamente, encaminha-se ao banco dos reservas num momento em que todos se engalfinham pela camisa de titular. Numa paisagem marcada pelo desgaste das lideranças e a evaporação das ideias-força, Barbosa prefere recolher-se para lustrar o capital acumulado.

O horizonte sombrio sugere incertezas, trepidações, fissuras e até rupturas. Não apenas aqui ou no nosso entorno, mas também nos laboratórios do Hemisfério Norte e nos acervos do Velho Mundo. Os indícios fornecidos no último domingo pelo pleito europeu se avolumam e ganham relevância na medida em que a galeria de lideranças — independentemente das colorações partidárias — converte-se em mos-

truário de nulidades e insignificâncias. As exceções vão por conta de Angela Merkel (interessante mix de pragmatismo, moderação e racionalidade) e Vladimir Putin (com apetite, treino e instinto para audácias). O restante do time de chefes de governo é deplorável: David Cameron, François Hollande e Mariano Rajoy são medíocres, canhestros, o recém-chegado Matteo Renzi ainda não rodou o suficiente para mostrar atributos.

O quase ex-presidente do STF sabe que o nível dos competidores dá dimensão aos torneios, por isso deve aguardar desafios mais qualificados. Na arena do STF seria compelido a desgastar-se com embates menores. Prefere preservar-se. E, periodicamente, fazer intervenções surpreendentes. Tem calibre, saber e senso de oportunidade para cultivar esperanças e expectativas.

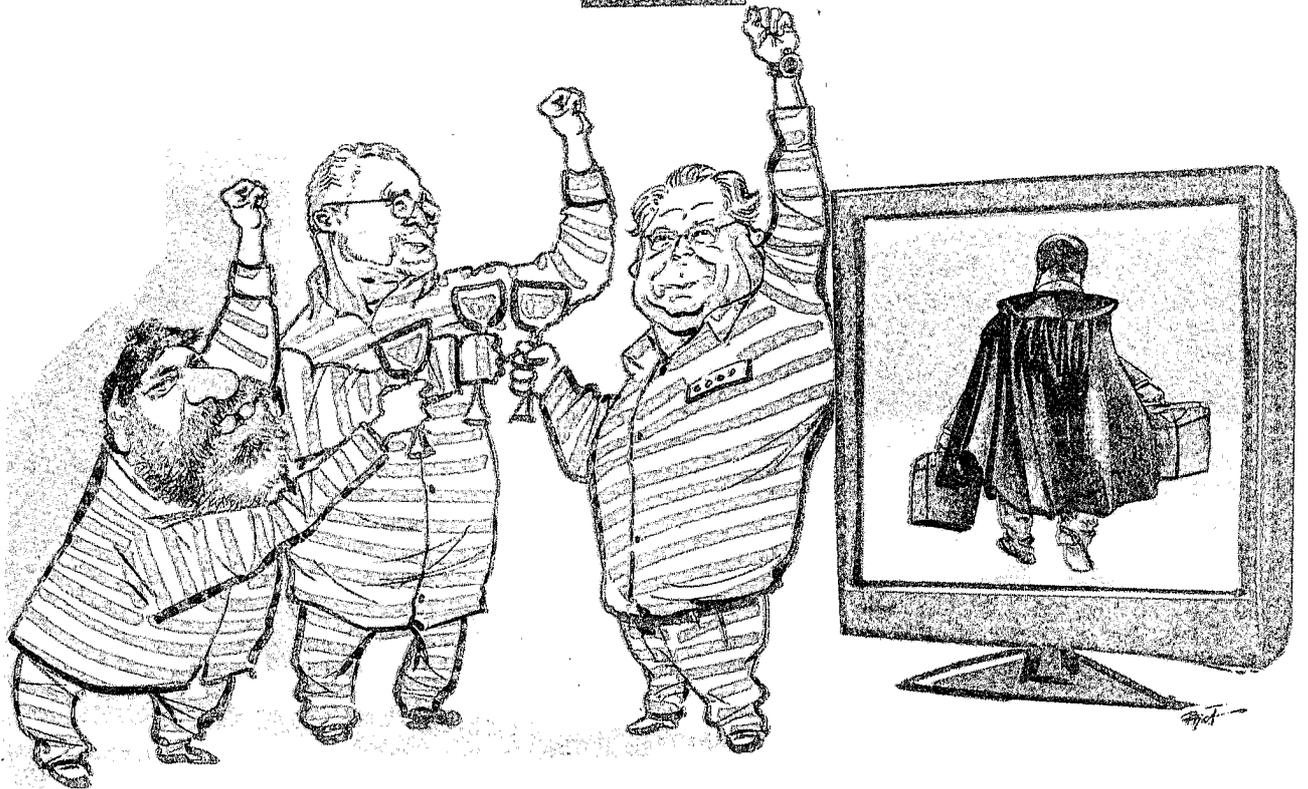
Joaquim Barbosa entrou em cena por vontade alheia, o presidente Lula queria um negro na corte suprema. Em apenas 11 anos, o ilustre desconhecido tornou-se o mais visível e respeitado chefe do Judiciário de todos os tempos. Diz o que pensa, faz o que lhe dita a consciência e o dever cívico e, como se não bastasse, consegue irradiar sua imagem e mensagens para grande parte da população, sem dispor de qualquer máquina partidária, midiática ou empresarial.

É um fenômeno.

Alberto Dines é jornalista.

31 MAI 2014

GAZETA DO POVO  
PAIXÃO



31 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

## Coluna do leitor

### Joaquim Barbosa 1

O afastamento abrupto, ainda que voluntário, do ministro Joaquim Barbosa de suas relevantes funções na mais alta corte de Justiça nos deixou perplexos. Não vou conjecturar sobre seus planos, o que fará ou deixará de fazer. O bom cidadão brasileiro vai lamentar a ausência de um magistrado culto, proficiente e, sobretudo, destemido. Em vez de nos vermos privados de personagem de tal importância, bom seria se tivéssemos, isso sim, um número infinito deles. O Brasil iria se mostrar diferente, muito melhor!

**Benedicto Bueno**

### Joaquim Barbosa 2

Só nos resta agradecer ao ministro Joaquim Barbosa. Certamente muitas de suas decisões serão revistas e revogadas, porém, não devem os senhores ministros esquecer de que depois de sentir o sabor da "Justiça para todos", o povo não aceitará mais acordos ou ajustes para ajudar criminosos poderosos.

**Antonio Valente**

## Multas Sociais

### Joaquim Barbosa

"Ele dignificou o Supremo, sua passagem foi histórica, marcou época. Tornou-se um ícone do anseio da população por uma vida pública limpa das práticas tradicionais de fisiologia e corrupção."

**Sandra Rossi Saboya**, via Facebook, sobre a aposentadoria de Joaquim Barbosa.

## Entrelinhas

### Mulheres em Luta

O machismo na mídia, os casos de violência sexual no Paraná e o turismo sexual durante a Copa, entre outros temas, serão discutidos hoje no 1º Encontro do Movimento Mulheres em Luta (MML) Paraná. O evento começa às 9 horas, no Prédio D. Pedro I da UFPR, 5.º andar, anfiteatro 500. O MML surgiu em 2011 com o objetivo de organizar ações de educação, denúncia e solidariedade a todas as brasileiras vítimas de violência, abusos, assédios e perseguições. Mais informações: <http://encontromml.blogspot.com.br/>

**Colaboraram:** Denise Paro, da sucursal de Foz do Iguaçu, e Andrea Torrente.

31 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

» PIRAQUARA

## **Acusados de matar Grando processarão o Estado**

**I**Ao menos três dos quatro acusados de participar da chacina que matou o ambientalista Jorge Grando, em abril de 2011, na cidade de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, devem entrar com uma ação na Justiça contra o Estado, pedindo indenização por danos morais. Eles reclamam da condução da investigação que os acusou e dizem ter sofrido bastante constrangimento durante o inquérito, mesmo com a falta de provas, que os inocentou. Mesmo inocentados, o delegado do caso acredita que eles sejam culpados.

A ex-mulher do ambientalista, Derise Farias Pereira Grando, foi acusada de ser a mandante do crime, com a intenção de conseguir uma quantia em dinheiro que estaria dentro da chácara em que o ambientalista e mais quatro pessoas foram mortas. Além dela, foram acusados Adilson Rocha, João Carlos Rocha e Edival de Souza da Silva. O Ministério Público denunciou os suspeitos, mas pediu, em novembro de 2013, a inocência deles por falta de provas. Na última segunda-feira, a Justiça seguiu o pedido do MP e julgou improcedente a acusação pela chacina.

# GAZETA DO POVO

» LAVA JATO

31 MAI 2014

## Doleiro pede que STF não aceite provas

A defesa do doleiro Alberto Youssef ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com um pedido de anulação das provas da operação Lava Jato, da Polícia Federal. A operação apura um esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões. O advogado Antonio Figueiredo Basto argumenta que o juiz Sérgio Moro, da Justiça do Paraná, que estava responsável pelas investigações, já se declarou, em 2010, suspeito em uma ação que tratava da delação premiada concedida a Youssef, para que colaborasse com a Justiça em outros fatos criminosos apurados pela Polícia Federal.

Em março, a Polícia Federal deflagrou a operação e prendeu o ex-diretor da Polícia Federal Paulo Roberto Costa e doleiro acusados de comandar esse esquema que tem ramificações em construtoras e em partidos como PT, PMDB e PP. As investigações mostraram que Youssef mantinha relacionamento com os deputados André Vargas (sem partido-PR) e Luiz Argôlo (SDD-BA).

Segundo o advogado, Moro não poderia atuar no caso. "Ele se declarou suspeito por foro íntimo em um processo conexo à operação Lava Jato. Quem é suspeito é parcial, então não pode despachar em qualquer processo envolvendo a pessoa".

A defesa ainda reiterou o pedido de liberdade de Youssef, que está preso desde março. O pedido será avaliado pelo ministro Teori Zavascki.

## FICHA LIMPA

### Estudo diz que contas rejeitadas foram a maior causa de inelegibilidade

A maioria dos casos de impugnação das candidaturas nas eleições municipais de 2012 no estado de São Paulo é consequência da rejeição de prestações de contas por parte do Tribunal de Contas, segundo mostra um estudo da USP lançado ontem. As informações são da Agência Brasil. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, com base na lei, foram julgados 2.846 recursos em todo o estado, nos quais 360 candidaturas foram negadas. Os principais casos foram improbidade administrativa (219), condenação criminal transitada em julgado (79) e abuso de poder político e econômico (17).

O estudo constatou que, de 255 decisões que tramitaram no Tribunal de Contas e na Câmara Municipal, 105 eram processos sobre a movimentação de contas públicas por parte do prefeito e 138 relativas a ações envolvendo administradores do setor público. Do total, 12 resultaram na extinção do processo ou acabaram sem o julgamento do mérito.

31 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

## Ministério Público

### quer suspender licitação de gás natural no PR

Ação proposta pelo órgão de Cascavel contesta os riscos ambientais da técnica utilizada para a exploração dos blocos na Bacia do Rio Paraná

*Sharon Abdalla e Luan Galani*

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da subseção de Cascavel da Procuradoria da República no Paraná, entrou com uma ação civil pública para a suspensão dos efeitos da 12.ª Rodada de Licitações realizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em novembro de 2013 para a exploração de gás de folhelho (conhecido como gás de xisto ou shale gas) na Bacia do Rio Paraná. A ação foi proposta contra a ANP e as empresas vencedoras do leilão: Petrobras, Cowan Petróleo, Copel, Petra Energia, Bayar e Tucumann Engenharia.

A alegação dos procuradores Carlos Henrique Macedo Bara e Luís Felipe Schneider Kircher, que estão à frente do caso, é a de que a licitação foi precipitada e temerária, uma vez que a técnica que seria

utilizada para a exploração dos 11 blocos de gás, o fraturamento hidráulico ou fracking, é questionada no mundo todo — e proibida em países como Itália e Alemanha — devido aos potenciais riscos ambientais, como a contaminação de lençóis freáticos e aquíferos.

O MPF pede a concessão de liminar de suspensão até que sejam realizados estudos de viabilidade do uso da técnica em solo brasileiro, com prévia regulamentação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Enfatiza, ainda, a necessidade da participação das pessoas que serão impactadas diretamente pela exploração, como os moradores da Terra Indígena Xetá e da comunidade quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, que não foram consultados previamente, em violação à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

#### Contratos

A Copel assinou no último dia 15 de maio os contratos de concessão de dois blocos para exploração do gás natural no Paraná. Na primeira fase de exploração, com duração de quatro anos, o investimento do consórcio integrado pela

companhia e outras três empresas deve ser de cerca de R\$ 100 milhões.

Outros dois blocos arrematados no leilão de novembro devem ter os contratos para exploração assinados no próximo dia 5. A previsão é de que R\$ 174 milhões em investimentos sejam aplicados ao longo de quatro anos para a exploração do gás de xisto.

01 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

## Aposentadoria de Barbosa reacende esperança pela criação de TRFs

Presidente do STF suspendeu em 2013 a instalação de 4 Tribunais Regionais Federais, um deles no Paraná.

Entidades esperam que, sem ele no Supremo, situação seja revertida

*Euclides Lucas Garcia*

O anúncio da aposentadoria do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, reacendeu nas entidades de juízes e de advogados a expectativa de que a criação de quatro novos Tribunais Regionais Federais (TRFs) saia do papel. A instalação dos TRFs está paralisada desde julho do ano passado — quando Barbosa, por meio de liminar, suspendeu a emenda constitucional que os criou. Como presidente, ele deveria levar a liminar para votação no plenário da corte. Até hoje, porém, isso não foi feito.

Contrário desde o início à criação dos novos TRFs — no Paraná, Bahia, Amazonas e Minas Gerais —, Barbosa acatou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

da Associação Nacional de Procuradores Federais (Anpaf). Na decisão, o ministro concordou com a argumentação da entidade de que a criação e a extinção de tribunais seria prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário, e não do Legislativo. Desde então, ele não incluiu o caso na pauta de julgamentos do STF — há ADIs paradas no Supremo há anos.

Presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais, Anderson Furlan afirma que é grande a expectativa para que, a partir de julho, o novo presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, coloque a ação em votação no plenário. Para ele, o colegiado do Supremo deve seguir a jurisprudência da própria corte de que a Anpaf não teria legitimidade para propor a ADI, pois o tema não é pertinente à ela. Esse, inclusive, foi o parecer da Procuradoria-Geral da República a respeito do caso.

Além disso, Furlan disse não ter dúvidas de que o STF vai respeitar a Constituição e decidir que o Judiciário “não tem e nunca teve iniciativa reservada para propor emendas constitucionais” a respeito de sua estrutura. A expectativa é a mesma do conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Lúcio Glomb. Para ele, tudo indica

que ADI deve ser apreciada em plenário e rejeitada. “Estamos numa luta terrível tentando convencer as pessoas de que os tribunais são muito importantes, mas continuamos esbarrando na implicância do ministro Joaquim Barbosa”, diz. “Agora, ele segue o caminho dele, e a Justiça segue o dela — nesse caso, para melhor.”

**“Estamos numa luta terrível tentando convencer as pessoas de que os tribunais são muito importantes, mas continuamos esbarrando na implicância do ministro Joaquim Barbosa.”**

José Lúcio Glomb, conselheiro federal da OAB.

**CONTINUA**

01 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### ARGUMENTOS

Antiga reivindicação de entidades de juízes e de advogados, criação de mais Tribunais Regionais Federais (TRFs) ainda enfrenta resistências. Confira os argumentos a favor e contra os TRFs:

#### **AFAVOR** **Agilidade**

Em média, uma apelação civil protocolada no TRF4, em Porto Alegre, leva 218 dias para ser julgada. Uma apelação criminal demora ainda mais tempo, 253 dias. Com a criação do TRF6, com sede no Paraná, e outros três novos tribunais, esse processo será agilizado.

#### **Proximidade**

Em 2012, 32% de todos os processos que entraram no TRF4 eram oriundos do Paraná (o TRF4 julga causas federais gaúchas, catarinenses e paranaenses). O novo tribunal desafogaria o TRF4 e garantiria celeridade para causas procedentes do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (estados que compo-riam o novo tribunal).

#### **Fronteira**

O TRF6 vai ter jurisprudência sobre a fronteira seca que vai da Argentina à Bolívia, por onde entra 90% das drogas em território nacional. Essa estrutura será reforçada com a implantação do novo tribunal.

#### **CONTRA** **Custo**

O impacto financeiro do TRF6 e dos demais tribunais é alvo de controvérsia. O presidente do STF, Joaquim Barbosa, chegou a falar em R\$ 8 bilhões. Já o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do governo federal, estimou em R\$ 922 milhões anuais o custo da implantação dos quatro novos tribunais. Por causa desses possíveis custos, o governo federal pressionou por meses, sem sucesso, a base aliada no Congresso para impedir que a emenda constitucional fosse aprovada e promulgada.

#### **Constitucionalidade**

O presidente do STF e alguns parlamentares entendem que a medida que criou os tribunais é inconstitucional. Eles defendem que essa iniciativa deveria ser do Judiciário, por meio de projeto de lei. Mas a emenda constitucional que criou os TRFs foi proposta pelo Congresso.

# GAZETA DO POVO

Coluna  
do leitor

01 JUN 2014

» FRASES DA SEMANA

## Joaquim Barbosa 1

Sinto-me órfã com a saída do ministro Joaquim Barbosa do STF. Ele, que alguns dizem não ser afeito a diálogos, marcando uma era turbulenta ou polêmica, é o mesmo que pensa que a lei existe para ser cumprida, não contribuindo para o exercício da impunidade. Hoje existe tendência de suavizar para o lado dos criminosos, o que Barbosa definitivamente não faz. Aliás, podemos ver o resultado dessa "leveza" no trato das leis ao colocar os pés na rua, onde sofremos todo tipo de violência, ou simplesmente analisando nossos representantes políticos.

Myrian Macedo, São Paulo – SP

## Joaquim Barbosa 2

Joaquim Barbosa mostrou a todos os brasileiros que, independentemente da cor da pele, é possível com dedicação e integridade chegar ao topo sem favorecimento de decretos eleitorais. A vida do ministro Joaquim Barbosa é um exemplo de que se alguém quer algo na vida não pode ficar esperando. A vida é feita de desafios que todos temos de enfrentar.

Geraldo Buss

## Joaquim Barbosa 3

Os mensaleiros devem estar fazendo carnaval dentro e fora dos presídios em pleno mês de maio pela aposentadoria prematura de Joaquim Barbosa. Agora, o povo brasileiro terá de se contentar com o ministro Lewandowski na direção do STF. Ele tem notável saber jurídico, mas teve atuações discutíveis:

Wilson Oliveira Trindade, bacharel em Direito, Londrina – PR

Notas  
Políticas

### Não vale 1

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu nesta semana que a lei que mudou a ordem de votação na urna eletrônica não pode ser aplicada nas eleições de outubro deste ano. Os ministros entenderam que as alterações nos sistemas de votação não seriam feitas a tempo das eleições. De acordo com pareceres técnicos, seria preciso alterar os programas de informática que geram a lista de candidatos e as campanhas institucionais de esclarecimento do eleitor.

### Não vale 2

A lei mudou a ordem de votação para que os deputados federais constem como o primeiro voto. Conforme a regra, a ordem de votação começa com o voto para deputado federal, seguido por deputado estadual ou distrital, senador, governador e presidente da República. Nas eleições gerais de 2010, o primeiro voto era para deputado estadual.

"Eu preciso de descanso inicialmente. Essa decisão [eu tomei] naqueles 22 dias que eu tirei em janeiro, eu estive na Grã-Bretanha e na França. Aquilo foi decisivo para minha decisão (...). O motivo [da saída] foi o livre arbítrio."

Joaquim Barbosa, ministro do Supremo Tribunal Federal, após anunciar que deixaria o STF no fim de junho.

## JUDICIÁRIO

### Ministro do STF arquivou inquérito contra Sarney

O ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli acolheu parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e arquivou um inquérito que investiga o senador José Sarney (PMDB-AP) numa suposta irregularidade envolvendo o Banco Santos. Sarney era investigado por ter ligações pessoais com controlador do Banco Santos Edmar Cid Ferreira e ter feito um saque de R\$ 2 milhões um dia antes do Banco Central decretar intervenção na instituição. O Ministério Público viu indícios de uso de informações privilegiadas. Apesar disso, Janot redigiu parecer pelo arquivamento por entender que Sarney não teria sido enquadrado corretamente em crime.

# LENISE GARCIA

## Aborto: eufemismos, ambiguidades e incoerências

01 JUN 2014  
GAZETA DO POVO

**A** borto é uma palavra feia. Ou melhor, é feio o seu significado, que envolve a morte do filho no ventre de sua mãe. Quando é provocado, significa que alguém matou esse filho. Para evitar a repugnância que a palavra provoca, logo os defensores da legalização do aborto começaram a fazer uso de eufemismos, como “interrupção da gravidez” e “antecipação terapêutica do parto”.

O passo seguinte foi a ambiguidade. No esforço por transformar o crime de aborto em direito, foram criados os “direitos sexuais e reprodutivos”. Nessa expressão ambígua pode incluir-se o direito de uma mulher a não ser estuprada, mas também o suposto direito ao aborto. Foi nesse contexto que vimos a inclusão, na Lei 12.845/2013, da infeliz expressão “profilaxia da gravidez”, referindo-se ao uso da pílula do dia seguinte, mas deixando uma fresta aberta para que pudesse ser interpretado como aborto. Solicitamos à presidente da República o veto ao inciso que traz essa expressão. Não houve veto, mas o governo enviou ao Congresso um projeto de lei que o altera, o PL 6022/2013, no qual se substitui “profilaxia da gravidez” por “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro”. No encaminhamento do PL 6022/2013, os signatários — os então ministros Alexandre Padilha, Eleonora Menicucci e José Eduardo Cardozo expressam que “o texto aprovado pelo Congresso Nacional contém algumas imprecisões técnicas que podem levar a uma interpretação equivocada de seu conteúdo e causar insegurança sobre a aplicação das medidas”. Entendimento semelhante nos foi expresso verbalmente pela então ministra Gleisi Hoffmann e pelo ministro Gilberto Carvalho.

No último dia 22, entretanto, o Ministério da Saúde publicou a Portaria 415, que tratava exclusivamente da realização de abortos, nos casos ditos “legais”, ou

seja, não punidos pelo Código Penal. Essa portaria fazia referência à Lei 12.845/2013 como se esta previsse a realização de aborto, ou seja, fazia a leitura que os ministros haviam chamado de “interpretação equivocada”. O entendimento de que a lei faz referência ao aborto teria consequências gravíssimas, com a realização do aborto dito “legal” — que não existe na lei brasileira — em toda a rede do SUS, e não apenas nos hospitais de referência, como é atualmente. Todos os hospitais da rede SUS, inclusive os confessionais, seriam obrigados à prática do aborto. Além disso, o aborto em caso de estupro poderia ser ampliado para uma vaga expressão “relação sexual não consentida”.

A incoerência era evidente. O Movimento Brasil sem Aborto, assim como vários parlamentares, solicitaram ao ministro da Saúde a revogação da Portaria 415, o que efetivamente aconteceu, por meio da Portaria 437, no último dia 29. O Ministério da Saúde foi obrigado a reconhecer que havia cometido um erro.

Foi uma vitória importante. Entretanto, é preciso que continuemos atentos, até que a Lei 12.845 seja revogada, ou modificada de modo a tratar somente do atendimento às vítimas de violência sexual, sem a inclusão da pílula do dia seguinte, que também tem efeito abortivo, e sem ambiguidades que possam resultar em sua total distorção.

Lenise Garcia é professora do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília e presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto.

02 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

**Reinaldo  
Bessa**

## **Mesa jurídica**

Os ministros do STF Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski, o presidente do Tribunal de Justiça, Guilherme Luiz Gomes, e ministros de outros tribunais superiores jantavam sábado no restaurante Le Bourbon, do Hotel Bourbon. Eles vieram a Curitiba para participar do evento "Portos: Um Desafio Histórico", no Auditório Pleno do Tribunal de Justiça. Mello, Lewandowski e Gomes estavam sentados próximos e conversavam quase à parte

# 02 JUN 2014

## GAZETA DO POVO

### **Eduardo Campos vai respeitar “quarentena” de Joaquim Barbosa**

**E**duardo Campos (PSB) e Marina Silva, que irão competir por uma chapa para disputar a Presidência da República, descartaram, pelo menos neste momento, abrir conversas e buscar o apoio do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, que anunciou que deixará o tribunal no final de junho. Os dois elogiaram a atuação do ministro e disseram entender que Barbosa deseja se submeter a uma “quarentena” antes de qualquer eventual decisão de apoio a candidatos nas eleições deste ano. Campos afirmou que Barbosa tomou uma decisão que só caberia a ele e que, ao anunciar sua aposentadoria já tendo expirado o tempo de concorrer a um cargo ainda este ano, o ministro já mandou um recado de que não deseja participar diretamente da disputa eleitoral. “É preciso esperar que o ministro Joaquim Barbosa conclua sua saída do STF e, no ato de sair, ele vai dizer sua disposição ou não”. Marina disse que, dados os níveis de responsabilidade e consciência de Barbosa, não é para fazer esse tipo de abordagem.



### **Joaquim Barbosa**

Com certeza o país perde um grande juiz que enfrentou com garra e determinação os poderosos da política suja e com a sua saída do STF estaremos reféns, quem sabe, de outros sem o mesmo comprometimento em fazer a lei ser cumprida. Não podemos esperar que ele saia como candidato a algum pleito, pois em algumas palestras ele mesmo já disse que os partidos políticos são todos iguais e ninguém trabalha pelo povo!

**Luciano Atamanzuck**

### **Foro privilegiado**

O foro privilegiado presente no ordenamento jurídico brasileiro tem de acabar. Tal dispositivo é uma clara exceção ao princípio de igualdade, consagrado na Constituição. Manter o foro privilegiado é ferir o direito naturalmente da presunção de que todos os cidadãos, independentemente da posição que ocupam na sociedade, devem respeitar e seguir as leis de modo uniforme. Ademais, político não é profissão é apenas um mero representante do povo eleito pela vontade popular.

**Marcelo Rebinski, historiador**

### **Prescrição de crimes**

O tempo no Judiciário muitas vezes é manipulado em favor do autor de crime através do tráfico, de influência, da corrupção. O resultado é a impunidade que alimenta a corrupção e a prática sistemática de crimes. Isso não é justiça e, sobretudo, não é democracia.

**Julio César Caldas Alvim de Oliveira, diretor cinematográfico**

**31 MAI 2014**

## **TRIBUNA DO PARANÁ** **JUDICIÁRIO**

O Sindicato dos Servidores do Judiciário do Paraná não aceitou a proposta apresentada pelo Tribunal de Justiça em relação à isonomia salarial entre diferentes jurisdições. A categoria avaliou que a proposta não contempla as atuais demandas dos trabalhadores.

Por isso, uma mobilização está marcada para 9 de junho, às 12h, em frente ao prédio do TJ. Às 19h, uma assembleia discutirá a possibilidade de greve.

31 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

# TJ impede sanções ao City Shopping

**Desembargadora da 4ª Câmara Cível, Leila Giacomet, fixa impedimento até que seja aprovado, em definitivo, o EIV**

Loriane Comeli

Reportagem Local

**E**m liminar proferida anteontem, a desembargadora da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Leila Samardã Giacomet, proibiu a Prefeitura de Londrina de “impor sanção administrativa” ao City Shopping, onde está localizada a Havan e outras quatro lojas, na Avenida Benjamin Constant.

A magistrada fixa o impedimento “até que seja aprovado, em definitivo, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e a análise de renovação de alvará de licença de funcionamento”. A decisão, diz ela, pode ser revista a qualquer tempo, uma vez que o mérito do recurso ainda não foi analisado.

O City Shopping foi ao Judiciário após ser multado pelo município em R\$ 2,9 milhões há cerca de três semanas por ter sido edificado sem alvará de construção e funcionar desde outubro de 2012 sem Habite-se. Em Londrina, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, havia negado a tutela antecipada, argumentando que o shopping deu causa ao problema por começar a funcionar irregularmente.

Segundo o advogado Ivan Pegoraro, que representa a Europart, dona do empreendimento, com a liminar do TJ a prefeitura não pode aplicar novas multas ou mesmo interditar as lojas, já que os alvarás provisórios estão expirando. “O importante é que essa decisão abre oportunidade para se resolver o problema, de aprovar o EIV”, comentou. “O que queremos é a paz social e não o confronto.”

No recurso ao TJ, a defesa do shopping argumentou que as empresas poderiam sofrer danos irreparáveis “a fim de obstar as atividades comerciais e à manutenção dos seus funcionários, num total de 146” e que não haveria tempo suficiente para cumprir a determinação do município de regularizar os alvarás antes da conclusão do EIV. A reportagem tentou contato com o procurador-geral do município, Paulo Vale, mas ele não foi localizado até o fechamento da edição.

31 MAI 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Defesa de Youssef pede anulação de provas

Rubens Chueire Jr.  
*Reportagem Local*

Curitiba - A defesa do doleiro londrinense Alberto Youssef entrou com um pedido de anulação das provas da operação Lava-Jato, da Polícia Federal, no Supremo Tribunal de Federal (STF), “especialmente as quebras de sigilo telefônico e telemático, bem como as buscas e apreensões”.

Conforme o advogado Antonio Figueiredo Basto, o juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, não poderia estar à frente das investigações do caso, pois tinha se declarado “suspeito” em 2010, em uma ação que tratava da delação premiada concedida a Youssef para que colaborasse com a Justiça em outros fatos criminosos apurados pela PF.

No pedido encaminhado ao STF, a defesa apresenta uma decisão assinada por Moro em maio de 2010, na qual o magistrado se declara “suspeito” para atuar na ação. Conforme Basto, na ocasião, a discordância da PF e do Ministério Público Federal (MPF) sobre termos da delação levou Moro, responsável pela concessão do benefício ao doleiro, a alegar

“motivo de foro íntimo” para declarar-se “suspeito” de atuar no caso.

O advogado alega que o acordo de delação faz parte da origem das investigações da Lava-Jato e sustentam que, por isso, Moro não poderia mais ter atuado em nenhum dos casos investigados pela operação contra o doleiro. “Temos provas documentais que foram encaminhadas junto com o pedido ao STF. Quem é suspeito é parcial, então não pode despachar em qualquer processo envolvendo a pessoa (no caso Youssef). Agora vamos aguardar a definição da Suprema Corte”, ressaltou Basto.

Ele ainda informou que requereu a soltura imediata de Youssef em caráter liminar. O pedido deve ser analisado pelo ministro Teori Zavascki. O doleiro está preso desde março na carceragem da PF em Curitiba. No último dia 19, Zavascki mandou soltar o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e suspender as oito ações penais referentes a Lava Jato. A assessoria de imprensa da Justiça Federal do Paraná informou que Moro não iria se manifestar sobre o pedido feito pela defesa de Youssef.

3 1 MAI 2014

## FOLHA DE LONDRINA

**CLAUDIO HUMBERTO**

### **Banco Santos: arquivado inquérito contra Sarney**

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, decidiu ontem à noite arquivar o inquérito policial sobre denúncia de que o senador José Sarney (PMDB-AP) teria se beneficiado de informação privilegiada para sacar R\$ 2 milhões do Banco Santos, do seu amigo Edemar Cid Ferreira, na véspera da decretação de intervenção do Banco Central. O ministro deixa claro, em sua decisão, que nem sequer houve crime.

### **Sem irregularidade**

O criminalista Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, demonstrou que Sarney não praticou a irregularidade que lhe era imputada.

### **PGR: arquivamento**

O procurador-geral Rodrigo Janot pediu o arquivamento do inquérito contra Sarney até porque o suposto crime prescreveu em 2010.

### **Datas**

Em outubro, Joaquim Barbosa, já ex-ministro do STF, faz 60 anos. Em outubro de 2015, Lula, seu criador arrependido, chega aos 70.

01 JUN 2014

FOLHA DE LONDRINA

# Ex-prefeito é condenado por improbidade

Roberto Siena e outros 12 réus terão de devolver aos cofres municipais R\$ 2,2 milhões

Loriane Comeli  
*Reportagem Local*

O ex-prefeito de Tamarana (Região Metropolitana de Londrina) Roberto Siena foi condenado à suspensão dos direitos políticos por oito anos, à multa civil de R\$ 668 mil e ao ressarcimento dos cofres do município em R\$ 2,2 milhões, prejuízo causado pela fraude em 13 licitações entre 2006 e 2011, vencidas por empresa fictícia – a MM Serviços de Teraplanagem Ltda – idealizada por Siena e ex-aliados. A sentença foi proferida ontem pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira.

Também foram condenados por improbidade administrativa – com suspensão dos direitos políticos, multa civil, proibição de contratar com o poder público e ressarcimento solidário do prejuízo – os ex-secretários municipais Claudemir Catai (Finanças) e Aldo Boaretto Netto (Administração e Serviços Públicos) e os integrantes da comissão de licitação João Vitor Ruthes Dias, Saulo Ribeiro Rodrigues, Dione Cordeiro da Sil-

va, Armando da Silva Souza, Valdecir Amador Almeron e Leonildo Lopes.

A MM e seu proprietário, Moysés Alves de Lima – reconhecido pelo juiz como “laranja” – e a LR Prestadora de Serviços Ltda, que perdia as licitações no esquema, também foram condenados. O dono da LR, Genivaldo Dias de Souza, faleceu ao longo do processo, mas os herdeiros serão cobrados pelo prejuízo. Vieira também determinou o pagamento de R\$ 50 mil pelos réus por dano moral coletivo. Cabe recurso ao Tribunal de Justiça. Desde o começo de 2013, quando a ação foi ajuizada, todos os réus estão com os bens bloqueados para garantir o ressarcimento.

As investigações, titularizadas pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina, começaram em 2011 e ganharam corpo após operação de busca e apreensão na Prefeitura de Tamarana. Lá os promotores encontraram toda a documentação relativa à MM, como talões de nota fiscal, holerites, contrato social e guias de recolhimento de impostos. Para o juiz, além de outros indí-

cios, os documentos apreendidos demonstram de maneira “clara e incontesteável” que “toda a administração da MM era realizada dentro da Prefeitura de Tamarana pelos réus Roberto Dias Siena e por seu Secretário de Finanças, Claudemir José Catai”. Ele mencionou que Lima e sua mulher eram “meros ‘laranjas’, utilizados pelos agentes públicos para fraudar” as licitações.

A esposa de Moysés, Maria de Oliveira Lima, foi absolvida porque não há provas contra ela, entendeu o magistrado. “Cuida-se de uma dona de casa, simples e iletrada, que se restringiu a figurar no contrato social da MM, sem, porém, ocupar funções de gerência. Possivelmente até mesmo desconhecia os ilícitos que foram cometidos pelos corréus.”

**CONTINUA**

01 JUN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Os advogados de todos os réus foram procurados ontem pela reportagem, mas disseram que ainda não haviam sido intimados e não comentariam a condenação. No processo, negaram qualquer irregularidade. Siena responde a outros três processos por improbidade resultantes da investigação que começou em 2011.

O promotor Renato de Lima Castro, que assina a ação ao lado da promotora Leila Schimiti, disse que a situação revela que “os moradores de Tamarana precisam estar mais atentos, fiscalizar mais as atividades do poder público, seja do Executivo seja do Legislativo”.

31 MAI 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Como decidem os juízes?

**OSCAR VILHENA VIEIRA**

**O juiz é fortemente  
contaminado por fatores  
como ideologia, traumas  
ou mesmo eventos fortuitos**

*SABER COMO funciona a cabeça dos magistrados parece ser algo cada vez mais importante. Afinal, a cada dia, mais e mais questões essenciais de nossas vidas passam pelas mãos de juízes. Nesta semana, por exemplo, o destino econômico de milhões de consumidores e do próprio sistema financeiro ficou em suspenso porque nossos ministros do Supremo resolveram pensar mais um pouquinho sobre o assunto.*

*Teoricamente, juízes deveriam ser capazes de realizar uma operação lógica básica. Apurados os fatos, aplicar-se-ia a norma pertinente. Ou seja, dedução pura e simples. Quando nos aproximamos do cotidiano dos tribunais percebemos que a coisa não é tão simples assim. Fatos intrincados. Leis pouco claras. Temor com as consequências. Adicione-se a isso o fato de que os magistrados não são robôs.*

*Nos últimos anos tem-se avolumado o número de pesquisas empíricas que vêm buscando aferir de que forma os magistrados constroem suas decisões. Com auxílio da neurociência, da linguística, das ciências computacionais ou de meros estudos estatísticos, tem sido possível aferir que há muita coisa por baixo de raciocínios jurídicos aparentemente lógicos e imparciais. E não poderia ser diferente, afinal, juízes são humanos, por mais que alguns custem a acreditar nisso.*

*Nossas mentes parecem estar equipadas com dois tipos de processador de decisões. Um primeiro nos oferece a possibilidade de tomar decisões de forma incrivelmen-*

*te rápida. Colhemos informações no meio ambiente e as processamos à luz de uma enorme quantidade de experiências anteriores, sentimentos, valores e preconceitos, num piscar de olhos.*

*Um segundo processador, que funciona no nível da consciência, e tem natureza dedutiva ou reflexiva, permite que tomemos decisões de forma mais segura, ponderando muitas variáveis, mas tudo isso demora mais tempo.*

*Juízes não são menos intuitivos que as demais pessoas. Quando se deparam com um réu, um caso de divórcio ou tributário, logo intuem como os resolverão. Experiência e grande quantidade de trabalho servem como forte incentivo para que tomem o máximo de decisões no menor tempo possível. Como esse processo não se dá no nível da consciência, ele é fortemente contaminado por fatores como ideologia, traumas infantis ou preconceito, ou mesmo eventos fortuitos, como se o julgamento estiver ocorrendo antes ou depois do almoço. Felizmente, quando há tempo, eles podem ser submetidos a uma avaliação mais reflexiva e os juízos intuitivos são eventualmente corrigidos pelos reflexivos.*

*O danado é que mesmo que os magistrados busquem refletir sobre a consistência de suas inclinações, nem sempre são capazes de livrar-se delas.*

*Recente pesquisa feita por Lee Epstein, na Suprema Corte americana, demonstra que juízes conservadores, que normalmente são mais*

*restritivos quanto à liberdade de expressão, a apoiam quando o discurso em questão é conservador. Por outro lado, os liberais, normalmente mais simpáticos à liberdade de expressão, a restringem quando os discursos são muito conservadores.*

*A Joaquim Barbosa nunca faltaram arraigadas inclinações. No julgamento do mensalão, convenceu a maioria de seus colegas de que elas eram consistentes com o direito. Esta maioria se dissolveu e ele ficou só.*

31 MAI 2014

# FOLHA DE S. PAULO

ANDRÉ SINGER

## O justiceiro

Ao renunciar de repente à presidência e à condição de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa atrai outra vez os holofotes para si. Se quisesse, de fato, tranquilidade para assistir aos jogos da Copa, como disse, teria maneiras mais eficientes de obtê-la. O gesto o coloca no primeiro plano do noticiário.

O último ato de Barbosa, 15 dias antes de anunciar que deixaria o cargo na corte, havia sido o de proibir que os condenados do mensalão trabalhassem fora. A controversa decisão autocrática do comandante da ação penal 470 deveria ir a plenário logo e, a julgar pelo que ocorreu no tema da formação de quadrilha, seria revogada pela maioria dos seus pares.

É possível que, ante a probabilidade de ser derrotado nos próximos dias, o que empanaria a imagem que se esmerou em construir, Barbosa, que já havia deixado transparecer vir pensando em abandonar o STF, tenha achado por bem apressar a iniciativa. Deixa fixada, assim, a aura de justiceiro, aquele que efetivamente conseguiu colocar na prisão gente poderosa, algo que constava como impossibilidade no imaginário desta nação tão desigual. O que foi feito depois não será mais responsabilidade dele.

Infelizmente nada indica que a verdadeira cruzada movida por Barbosa para levar à cadeia líderes do PT seja mais do que isso: um caso de endurecimento judicial que recaiu apenas sobre um dos times do campeonato político nacional.

Unde estão os acusados do mensalão do PSDB? Quem aplicará às denúncias que envolvem o Metrô de São Paulo a mesma sanha punitiva vista na ação penal 470? Não está a Operação Lava Jato a mostrar que os métodos de financiamento da política continuaram intactos depois do processo do mensalão? Barbosa não deveria permanecer na ativa se quisesse, de fato, equilibrar o jogo?

Ainda que divergindo quanto ao mérito, convém reconhecer a força pessoal do ex-promotor na condução do rumoroso julgamento do mensalão. Embora obviamente favorecido por um enorme apoio da direita e por uma cobertura de mídia mais do que simpática a condenações fortes, o relator mostrou capacidade de dirigir os trabalhos e, até que houvesse a recomposição recente, a maioria dos colegas para a conclusão exemplar que defendia.

O fato de ser um homem de origem humilde, o primeiro negro a ocupar um lugar no STF, ainda por cima escolhido por Lula, legítima Joaquim no papel daquele que veio para instaurar a igualdade perante a lei, aspiração do povo há pelo menos 200 anos. Num inversão bem brasileira, ele o fez contra a esquerda, que nunca havia estado no poder. Em virtude de incríveis acasos históricos, resulta, por isso, em sério candidato à liderança do conservadorismo popular que existe por aqui.

ANDRÉ SINGER escreve aos sábados nesta coluna.

31 MAI 2014

# FOLHA DE S. PAULO



31 MAI 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# Papel histórico

**Méritos de Joaquim Barbosa em suas decisões no STF e no CNJ superam os problemas de um comportamento inadequado à corte**

O anúncio da aposentadoria de um ministro do STF teria sido, há poucos anos, ocorrência quase burocrática, a receber reduzida atenção fora dos meios especializados.

Pode-se medir com exatidão a importância do papel de Joaquim Barbosa na cena política brasileira pelas reações — permeadas, como seu protagonista, de calor e polêmica — que a decisão de afastar-se do Supremo provocou.

Sua atuação como relator da ação penal 470, que resultou na condenação de surpreendente número de envolvidos no escândalo do mensalão, responde em grande parte, mas não exclusivamente, pelo alcance que sua figura adquiriu na opinião pública.

Com alguma margem de certeza, pode-se dizer que, sem a presença de Barbosa na condução daquele processo, não se conheceria até hoje o desfecho de um caso que se arrastava havia anos pelos meandros da Justiça.

A férrea determinação do ministro de condenar os réus — na qual era visível a marca de sua passagem pelo Ministério Público — não se fez sem destemperos, ainda mais inapropriados quando assumiu a presidência do colegiado.

Ao mesmo tempo em que, com o julgamento do mensalão, crescia a confiança popular na independência da corte e na sua disposição para reduzir a impunidade, intensificou-se a sensação de que a falta de serenidade e de respeito à divergência comprometia o cli-

ma decisório do tribunal.

Recai sobre Joaquim Barbosa uma responsabilidade quase que exclusiva por essa impressão.

Semelhante potencial de conflito e um correspondente senso de rigor marcaram a atuação de Barbosa no Conselho Nacional de Justiça, cuja presidência se acumula com a do Supremo.

Por excessivamente dispendiosa, a proposta de instituir novos tribunais federais recebeu do ministro acerba oposição. Dois presidentes de Tribunais de Justiça (na Bahia e no Paraná) terminados afastados por irregularidades.

Ainda mais importante, orientou-se a distribuição de verbas e servidores do Judiciário segundo a quantidade de processos a serem julgados em cada instância. Prevalcia o hábito de se privilegiarem as cortes mais graduadas, deixando à míngua a jurisdição inferior.

Nada mais característico de Joaquim Barbosa do que a inconformidade com o que pudesse haver de senhorial nesse costume. É a mesma inconformidade com que, de modo tão turbulento, reagia às tendências para atenuar as penas de acusados de alta extração social ou elevada posição política.

Sua popularidade, assim como seu caráter pessoal, encarnam essa tensão: de um lado, a exigência incontornável de democratizar a Justiça; de outro, a tentação da sanha persecutória e punitiva.

Defeitos e qualidades do ministro que ora se aposenta refletem, assim, um momento particular da história do país, em que o mito da cordialidade, as práticas corporativas e a tradicional camaradagem de classe vão sendo superados — não sem surgirem novos desequilíbrios e riscos de confronto.

31 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Dilma deve deixar o anúncio de ministro para depois da Copa

Barbosa só sairá em junho, e depois o Congresso entra em recesso; Senado só analisaria escolhido após o pleito

**Assessores dizem que presidente prefere um nome de 'maior perfil técnico', como o ministro Teori Zavascki**

NATUZA NERY  
DE BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff ainda não iniciou as sondagens para definir quem será o sucessor de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal, mas já sinalizou a interlocutores que pode bater o martelo só depois da Copa.

Dilma não descarta sacar um novo nome em vez de aproveitar opções na prateleira de sondagens anteriores.

Com a aposentadoria de Barbosa, a petista indicará seu quinto ministro do STF. Mas não superará o número de escolhas de seu antecessor imediato, Luiz Inácio Lula da Silva: oito. Do total de ministros apontados por Lula, quatro seguem na corte.

Barbosa — também escolhido por Lula — anunciou sua saída do cargo após 11 anos no STF. Ele teria direito a ficar até sua aposentadoria compulsória em 2024, quando completará 70 anos.

Segundo a **Folha** apurou, os ministros José Eduardo

Cardozo (Justiça) e Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União) não são cotados para o cargo. Cardozo é um dos auxiliares no processo de escolha. Ao lado do petista Sigmaringa Seixas, com trânsito no meio jurídico, o titular da Justiça faz as sondagens antes de Dilma decidir.

Um interlocutor palaciano mostrou dúvidas quanto a uma rápida definição do sucessor de Barbosa. Segundo ele, Barbosa só sai em junho. Depois, o Congresso entra em recesso. Por essa lógica, um anúncio após a eleição não estaria descartado, já que seria ruim ter um ministro ago-

ra e “deixá-lo pendurado” até que o Senado vote a escolha.

Dilma mudou o perfil de indicações após sua primeira escolha, quando optou por Luiz Fux. Ao acompanhar a atuação do magistrado no Supremo, ela decidiu migrar para nomes considerados por ela de “maior perfil técnico”.

“Ela quer um perfil Teori Zavascki”, em alusão àquela que é tida no Palácio do Planalto como a mais bem sucedida das indicações de Dilma.

No julgamento do mensalão, quando o tribunal condenou 25 pessoas, entre elas a cúpula do PT, Fux foi um dos ministros que mais se alinhava às ideias de Barbosa.

Juntos, Lula e Dilma já indicaram 12 ministros ao STF. A conta subirá com a nova substituição. Nem assim petistas ligados ao mensalão se livraram da condenação.

Apesar de apelos de alguns grupos para que opte por um ministro negro, o Planalto não deve usar raça nem gênero como critério de definição.

Dos candidatos de sondagens passadas, figuram nomes como o tributarista Heleno Torres e o advogado e professor Luiz Fachin. Se seguir o que fez nas escolhas anteriores, a regra número um para que um desses volte ao páreo é não fazer campanha.

## > APOSENTADORIA BARBOSA VAI RECEBER R\$ 29,4 MIL

Ao se aposentar, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, receberá o salário integral de R\$ 29,4 mil, segundo assessores. Barbosa, 59, tem 41 anos de serviço público e recebeu neste mês R\$ 32,7 mil. O valor é acima do teto do funcionalismo porque inclui um abono de permanência de R\$ 3,2 mil.

31 MAI 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### Boi na linha

O governo avalia que a ascensão antecipada do ministro Ricardo Lewandowski à presidência do STF (Supremo Tribunal Federal) representa um risco maior de aprovação da chamada PEC da Magistratura, proposta de emenda que implode o teto constitucional de remuneração do serviço público. O ministro tem feito a defesa enfática da medida, que tramita no Senado. “É o pior momento de relações dele com o Planalto em dois anos”, observa um auxiliar de Dilma Rousseff.

**Desce** Dois ministros do STF apostam que, qualquer um do colegiado que seja sorteado para cuidar da execução das penas dos condenados no mensalão vai revogar a resolução de Joaquim Barbosa que determina que decisões da Vara de Execuções Penais sejam revistas pelo STF.

### PAINEL DO LEITOR

Com suas muitas qualidades e defeitos, Barbosa fez muito bem ao Brasil e à autoestima dos brasileiros. Sai de cena o ministro, mas está de volta o cidadão, o que é muito bom para o país.

BERENICE BERTOLDI (Curitiba, PR)

Joaquim Barbosa deixa o STF, mas não deixa saudade. O prepotente ministro usou e abusou de suas prerrogativas de presidente do STF. Truculento, desrespeitou e atemorizou colegas. Vingativo, agiu com crueldade ao impedir que condenados do processo do “mensalão” em regime semiaberto usassem de seus direitos. Qual juiz julga com imparcialidade quando o ódio se sobrepõe às decisões sensatas? Que a verdadeira Justiça volte a ser exercida no país com a saída de Barbosa.

BENJAMIN EURICO MALUCELLI (Santos, SP)

Com a saída de Joaquim Barbosa, o Judiciário perde ainda mais credibilidade, respeito e senso de compromisso com a nação.

ANDRÉ LUIS DE OLIVEIRA COUTINHO  
(Campinas, SP)

### Ministro do STF arquiva investigação contra Sarney

Toffoli acolheu parecer do procurador-geral

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli acolheu parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e arquivou um inquérito contra o senador José Sarney (PMDB-AP) por suposta irregularidade envolvendo o Banco Santos.

Sarney era investigado por ter ligações pessoais com Edmar Cid Ferreira, controlador do banco, e por ter sacado R\$ 2 milhões um dia antes do Banco Central intervir na instituição. O Ministério Público em São Paulo viu indícios de uso de informações privilegiadas e crime contra o sistema financeiro. Janot, porém, opinou pelo arquivamento por entender que Sarney não foi enquadrado corretamente em nenhum crime.

Mesmo se fosse punido, os supostos crimes já estariam prescritos, pois o caso aconteceu em 2004 e Sarney já tem mais de 70 anos.

31 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

# PF diz que esquema em MT foi abastecido por construtoras

Polícia aponta que desvios ocorreram a partir do pagamento de precatórios nas gestões de Blairo Maggi e de Silval Barbosa

**De 2009 a 2012, governo de Mato Grosso pagou à empreiteira Andrade Gutierrez R\$ 260,6 milhões**

**RODRIGO VARGAS**  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,  
EM CUIABÁ

**THIAGO GUIMARÃES**  
COORDENADOR-ADJUNTO DA  
AGÊNCIA FOLHA

Pagamentos milionários feitos pelo governo de Mato Grosso a construtoras abasteceram um esquema de lavagem de dinheiro e de desvio de recursos públicos, afirma a Polícia Federal.

Os desvios, segundo investigação, ocorreram a partir do pagamento de precatórios nas gestões do hoje senador pelo PR Blairo Maggi (2003-2010) e de Silval Barbosa (PMDB), atual governador.

Precatórios são dívidas que o Estado tem que honrar por ordem judicial. Devem seguir uma fila de pagamentos — idosos e doentes graves, por exemplo, têm prioridade.

De 2009 a 2012, o governo de MT pagou R\$ 260,6 milhões à empreiteira Andrade Gutierrez, referentes a dívidas por obras feitas na década de 1980. A Justiça do Estado questionou os pagamentos em 2009, apontando desrespeito à fila de credores, o que a gestão Maggi negou.

Agora, na Operação Arath, deflagrada em 2010 e que apura suposto esquema de corrupção com braços em

todos os Poderes de MT, a PF descobriu que a Andrade Gutierrez, assim que recebeu a garantia de pagamento, vendeu os créditos dos precatórios a uma empresa alvo da operação. Pelo contrato, a empreiteira cede parte dos créditos com deságio, por só 54% do valor total, para a Piran Participações, de Valdir Piran, investigado pela PF.

Para a polícia e o Ministério Público Federal, a operação deu prejuízo à empreiteira e “serviu apenas para esconder transferência de recursos do Estado para a Piran”.

A investigação aponta três razões para isso: 1ª) não havia vantagem em vender créditos com deságio, porque o Estado já tinha assumido pagar no prazo; 2ª) o Estado pagou à Andrade Gutierrez parcelas mais altas e antes mesmo das que a Piran assumiria; 3ª) se fosse mesmo cessão de crédito, o correto seria a Piran pagar primeiro e depois receber os créditos.

Papéis dessa transação foram apreendidos com Éder Moraes (PMDB), ex-secretário da gestão Maggi e do governo de Silval Barbosa. Ele está preso e é acusado de operar o suposto esquema.

A PF diz que é preciso quebrar o sigilo bancário da Andrade Gutierrez e da Piran — ainda não há decisão a respeito. Para a PF e o Ministério Público Federal, a Piran e Moraes são operadores do “banco clandestino” que movimentava empréstimos privados fraudulentos e dinheiro

público desviado em MT.

Outro empresário apontado como operador, Gércio Mendonça Jr. aceitou ser delator em troca de benefícios na acusação e disse que a Piran “lava dinheiro” para Moraes e seu grupo político.

Suspeita-se ainda que o esquema tenha braços no Legislativo, no Judiciário e no Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

**CONTINUA**

31 MAI 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

>OUTROLADO<

### Governador e senador negam irregularidades

Procurados, o governo de Mato Grosso e a assessoria do senador Blairo Maggi deram respostas semelhantes: os pagamentos à Andrade Gutierrez foram feitos por ordem judicial, e o que a empreiteira fez depois com os recursos não é responsabilidade da sua gestão.

Ambos negam envolvimento no suposto esquema investigado na Operação Ararath. Em nota divulgada anteriormente, o governador Silval Barbosa disse ter "convicção" de que "todos os fatos serão esclarecidos": "Enquanto cidadão e chefe de Estado, o governador reitera confiança nas investigações, defende a transparência e a divulgação detalhada de tudo que for apurado e constatado."

A construtora Andrade Gutierrez informou que não vai comentar as investigações. A reportagem deixou recados na Piran e com a defesa de Éder Moraes, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição.

A Polícia Federal pretendia realizar buscas e apreensões na casa de Blairo Maggi, mas o pedido não foi autorizado pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli. A presença do senador nas investigações foi um dos motivos que levou o caso ao Supremo.

### O CAMINHO DO DINHEIRO

#### ● Precatório

Entre 2009 e 2012, a empreiteira AG (Andrade Gutierrez) recebeu do governo de Mato Grosso **R\$ 260,6 milhões** em precatórios (títulos emitidos pela Justiça ao fim de uma ação na qual o Estado foi condenado a pagar uma quantia)

#### ● O negócio

Ainda em 2009, a AG fecha contrato para vender, por metade do preço, parte desses créditos à Piran Participações, empresa investigada pela PF

#### ● As provas

Documentos dessa transação foram apreendidos na casa de Éder Moraes, ex-secretário nas gestões Blairo Maggi (PR) e Silval Barbosa (PMDB), preso pela PF

#### ● As suspeitas

Para a PF e o Ministério Público Federal, a venda de precatórios serviu apenas para **dissimular a transferência de recursos do Estado** para o "banco clandestino" de dinheiro ilícito que a Piran ajudava a operar

Destarte, existem fortes indícios de que recursos públicos do Estado de Mato Grosso foram transferidos ilegalmente para a **PIRAN PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA** por meio de pagamento de precatórios e cessão de crédito utilizados apenas para ocultar o destinatário final dos recursos.

CONTINUA

31 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO  
CONTINUAÇÃO

# Planilha indica pagamentos a 47 promotores

Tabela foi encontrada na casa de Éder Moraes,  
ex-secretário da Fazenda e da Copa de MT

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,  
EM CUIABÁ  
DE SÃO PAULO

Uma planilha com registros de pagamentos a 47 promotores e procuradores de Justiça de Mato Grosso é apontada como possível indício de envolvimento da Promotoria local em crimes apurados na Operação Ararath.

A tabela foi encontrada na casa de Éder Moraes, ex-secretário da Fazenda e da Copa de MT, preso desde dia 20 sob suspeita de operar esquema de lavagem de dinheiro.

Associado a cada promotor há valores “a pagar” que vão de R\$ 9.300 a R\$ 447 mil. Aparecem nomes como o do procurador-geral de Justiça, Paulo Prado (R\$ 387 mil), e o do promotor Marcos Regenold (R\$ 54,6 mil), afastado do posto após ser alvo de buscas na semana passada.

A planilha foi citada em denúncia contra acusados do caso feita em abril à Justiça pelo Ministério Público Federal. A Procuradoria cita a tabela após enumerar suspeitas contra Regenold e diz que não é possível afirmar a origem e a licitude dos pagamentos.

O Ministério Público de MT negou irregularidades. Disse que a lista se refere a pagamentos legais feitos a servidores que tinham direitos trabalhistas. Leis de 2007 e 2008 autorizaram os credores a receber, com deságio, esses recursos de empresas que tinham débitos com o Estado, que assim abatiam as dívidas.

Sobre cópia da lista ter sido apreendida com Moraes, o procurador-geral disse que

ele deveria ter o material “na qualidade de [ex] secretário da Fazenda”. “Deve ter de muitas outras categorias.”

O procurador-geral criticou quem tenta “enxovalhar” a instituição e disse que Regenold, do grupo de combate ao crime organizado, está afastado e “será punido” se for considerado culpado.

Ele afirmou ainda que “toda a sociedade de MT ficou contente” com as prisões da operação e que o MP-MT “há muitos anos” investiga pessoas que são alvo da Ararath.

Conversas do promotor com Moraes foram interceptadas. Ele tentou intermediar uma suposta colaboração do ex-secretário com a PF, avaliada como uma tentativa de atrapalhar as apurações.

“Durante todo o período que o promotor realizou os encontros [com Moraes e PF], em nenhuma oportunidade o MPF foi convidado a participar”, diz a denúncia da Procuradoria. A Promotoria diz que “todo o histórico” de contatos foi informado ao MPF.

No dia em que a casa de Moraes era alvo de buscas, em fevereiro, ele liga para o promotor, que diz “que estranho” e pergunta: “Bom, mas você tem coisa aí?”. “O que eu tenho aqui é o que vocês têm aí”, responde Moraes. Regenold não foi localizado.

01 JUN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### Via de mão dupla

LUIZ EDSON FACHIN

Na indicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal, desassossegos práticos podem acontecer. Nada obstante, subscrevo posição favorável a esse atual procedimento republicano, coerente com a tradição presidencialista e democrática. Parafrazeando Winston Churchill, tal sistema é a pior forma de escolha, exceto todas as outras que têm sido tentadas.

Se há inconveniências na operação desse modelo, não se aponte, entre estas, diferentes visões de mundo, às vezes antagônicas, no exercício desse poder de nomeação, pois o campo do direito é mesmo ocupado tanto por conflitos quanto por mediações da própria luta simbólica que emerge da sociedade.

O funcionamento da suprema autoridade judicial não tem como ser alheio aos mecanismos existentes no mundo social. O tempo e o espaço do STF refletem o Brasil contemporâneo e suas atribulações. Contudo, como advertira San Tiago Dantas, o jurista, tal como o Direito, “ao invés de estar comprometido com uma ideologia, solidário com um regime”, somente estará bem justificado se tiver “sobrevivência às transformações que passam”.

O procedimento de hoje respeita, em termos gerais, a interdependência entre os Poderes e coloca em prática o arquétipo dos freios e contra-

**Impõe-se cautela com propostas novidadeiras, como a fixação de mandato para ministros do STF ou listas de órgãos de classe**

pesos entre o Executivo e o Legislativo em face do Judiciário. Enquanto a indicação é atribuição do presidente da República, a escolha deve ser aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal.

Se o sistema padece de males superficiais, não se pode pretender curá-los afrontando instituições vitais à vida democrática reconquistada.

Não basta somente alterar a forma de escolha. O Brasil está cansado de alterações rituais sem mudança de conteúdo. O pior é que não raro, quando não se consegue tratar a doença, a solução cerebrina é matar o doente. Impõe-se cautela com propostas novidadeiras, como a fixação de mandato para o exercício do cargo de ministro do STF, ou a organização de listas oriundas de órgãos de classe. Prudência também se deve ter com soluções importadas, cujos marcos culturais são diferentes, a exemplo de certas cortes constitucionais europeias.

O atual sistema, apesar de merecedor de críticas, não é um procedimento de um só eleitor. Nesse pro-

cesso complexo integrado por mais de um Poder, o constituinte democraticamente deferiu competência ao Executivo e ao Legislativo. A fidelidade ou não a esse soberano mandato constitucional diz respeito às pessoas que o exercitam.

O magistrado independente, portador das qualidades intelectuais e de idoneidade para o posto, é o que se almeja. Para tanto, a escolha deve ser vista como via de mão dupla; o que se requer daqueles que são titulares do encargo de indicar, impõe-se também ao escolhido. Sobral Pinto, advogado intimorato, recusou convite do presidente Juscelino Kubitschek para assumir o STF.

Recorde-se a advertência feita por Celso Furtado para que, no exercício do poder, seja assumida “a plena responsabilidade pelos destinos do país”. Obstáculos e desvios não ocorrem ao acaso nem por consequência direta do sistema de escolha. A ética da responsabilidade pode ser boa conselheira a todos os sujeitos desse processo; deles se aspira tenham alma de condor e que, como escreveu Orlando de Carvalho no Portugal em luta pela democracia, saibam cumprir a vida. Espera-se que a história não teime em provar o contrário.

**LUIZ EDSON FACHIN**, 56, advogado, é professor titular da Universidade Federal do Paraná e membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas

01 JUN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

# CARTAS DO

# SUPRE

# MO

Primeiro **negro** a ocupar uma cadeira no STF, **Pedro Lessa** evitava falar do tema, mas **sofria** com os ataques de Epitácio Pessoa

LEANDRO COLON  
DE LONDRES

Se a chegada de um negro à presidência do Supremo Tribunal Federal foi motivo de celebração em 2012, quando Joaquim Barbosa assumiu o cargo, a ascendência negra do primeiro ministro era tabu. O mineiro Pedro Lessa é apontado como o primeiro negro do STF, onde ficou de 1907 a 1921, quando morreu.

O segundo foi Hermenegildo de Barros, ministro de 1917 a 1931. Barbosa, que na semana passada anunciou que vai se aposentar em junho, foi o terceiro a ser ministro, mas o primeiro a virar presidente.

A **Folha** teve acesso a um baú de cartas de Lessa, sob a guarda da bisneta Lúcia Lessa, 72. Os documentos, inéditos, serão doados à Fundação Casa de Rui Barbosa. Rui Barbosa, que foi seu amigo e o chamava de o “juiz mais completo”, enviou telegrama à família na ocasião de sua morte, em 1921. O rascunho da resposta dos parentes estava mantido até hoje em segredo.

Coube ao genro Francisco Solano enviá-la: “Das manifestações que temos recebido, nenhuma nos tocou tão fundo o coração como as palavras de Vossa Excelência, nenhuma honrou mais, nem tanto, a memória do meu sogro”.

Há ainda correspondências do Barão do Rio Branco, do romancista Coelho Neto, fundador da cadeira 2 da Academia Brasileira de Letras, do jurista e também imortal Clóvis Beviláqua, de Amadeu Amaral (também da ABL) e do ex-deputado Plínio Barreto.

Nos papéis não há menção à ascendência negra de Lessa, e era proibido falar do assunto na própria família.

O ex-presidente Epitácio Pessoa debochava dos traços negros de Lessa, a quem acusou certa vez de “falar grosso para disfarçar a ignorância com o mesmo desastrado ardid com que raspa a cabeça para dissimular a carapinha”.

Só na adolescência suas bisnetas souberam algo a respeito da cor do bisavô. “Uma vez minha irmã perguntou à minha mãe se ele era negro.

Minha mãe tentou desconversar. Só com o tempo fomos entendendo isso”, conta Lúcia.

No livro “História do Supremo Tribunal Federal”, Lessa é descrito pela historiadora Leda Boechat como o primeiro de pele negra a assumir uma cadeira: era, disse ela, um “mulato claro”. A questão da cor o levava, mesmo que inconscientemente, a ser ríspido com os colegas.

Em 6 de setembro de 1910, Lessa foi recebido como membro da Academia. Um dia depois, recebeu bilhete de Coelho Neto lamentando ter perdido a posse. Saudou o “formosíssimo discurso” de Lessa, mas confessou que um desarranjo intestinal o “fez perder a admirável festa de seu triumpho”: “Foi pena”.

A passagem de Lessa pela Academia teve um momento histórico, o famoso discurso de recepção a Alfredo Pujol, em 1919. O poeta Roberto Moreira então enviou-lhe uma carta: “A parte relativa ao Pujol é viva, espirituosa, comvente e justa, nosso amigo teve o elogio que merecia”.

CONTINUA

# 01 JUN 2014

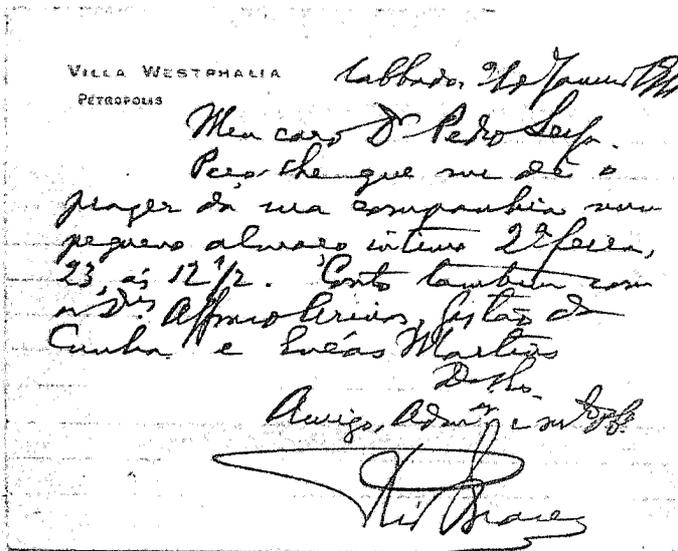
## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### CARTAS PARA PEDRO LESSA

Mensagem do barão do Rio Branco convidando Pedro Lessa para um almoço, em 1911

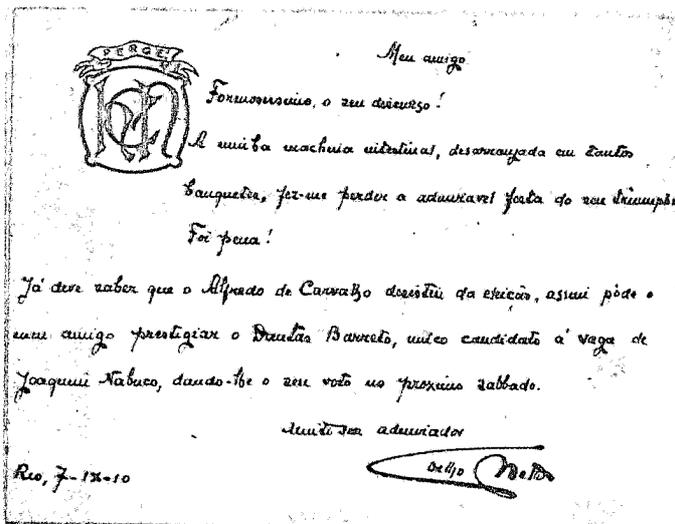
**RAIO-X  
PEDRO LESSA  
(1859-1921)**



“Meu caro Pedro Lessa,  
Peço-lhe que me dê o prazer da sua companhia num pequeno  
almoço íntimo 2ª feira, 23, às 12 1/2. Conto também com srs.  
Affonso Arinos, Gastão da Cunha e Enéas Martins.  
[Ilegível] Rio Branco”

- Nomeado, em outubro de 1907, ministro do **Supremo Tribunal Federal**. Tomou posse em 20 de novembro seguinte
- Foi membro do **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** e da **Academia Brasileira de Letras**

O poeta Coelho Neto envia carta comentando a posse de Pedro Lessa na ABL, em 1910



“Meu amigo  
Formosíssimo o seu discurso!  
A minha machina intestinal, desarranjada em tantos banquetes,  
fez-me perder a admirável festa de seu triumpho. Foi pena! Já  
deve saber que o Alfredo de Carvalho desistiu da eleição, assim  
pode o meu amigo prestigiar o Dantas Barreto, único candidato  
à vaga de Joaquim Nabuco, dando-lhe seu voto no próximo  
tablado. Muito seu admirador, Coelho Neto”

01 JUN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## JOAQUIM BARBOSA



Esse assunto está completamente superado. **SAI DA MINHA VIDA** a ação penal 470

[mensalão] e espero que saia da vida de vocês. Chega desse assunto Presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), em entrevista após anunciar que vai pedir aposentadoria em junho

## PAINEL DO LEITOR

### Joaquim Barbosa

Engana-se quem imagina que, em um ambiente onde sempre imperou a impunidade para os poderosos e para os políticos, alguma mudança seria feita sem destempero, coragem e até alguns exageros. Joaquim Barbosa mostra que precisamos dar um reforço positivo àquelas lideranças que se revoltam contra o "status quo" de corrupção e desmandos. É preciso muita coragem para resistir ao jeitinho brasileiro de fazer as coisas.

FRANCISCO SÉRGIO RUIZ (S. Bernardo do Campo)

Joaquim Barbosa exerceu seu direito sagrado de se aposentar.

No entanto, deveria ter tomado essa decisão depois que fosse para o plenário do Supremo o julgamento do mensalão do DEM/PSDB. Julgando com a mesma firmeza que teve com o mensalão petista, apesar de alguns exageros e autoritarismo, demonstraria a sua total imparcialidade e não deixaria dúvidas de ter agido com dois pesos e duas medidas.

PEDRO VALENTIM (Bauru, SP)

Com a aposentadoria de Joaquim Barbosa, o governo federal, que já tem o domínio no Legislativo e no Executivo, vê desaparecer no Poder Judiciário a voz forte de ponderação, discordância e oposição. Isso é bom para o país?

MELCHIOR MOSER (Timbó, SC)

O fato de não considerar Joaquim Barbosa um salvador da pátria não diminui o desamparo de vê-lo sair do STF. Com a aposentadoria, cala-se a voz mais contundente contra a escassez de independência na Corte.

RICARDO C. SIQUEIRA (Niterói, RJ)

Ao anunciar a sua aposentadoria precoce, Joaquim Barbosa deixa-nos como órfãos de alguém que tanto lutou para tentar trazer um pouco de moralidade ao nosso pobre país rico. Os corruptos devem estar comemorando. A nós, resta fazermos melhores escolhas em outubro.

MÁRCIA HELENA B. DEMARCHI (São Paulo, SP)

Brilhante André Singer ("Os justiceiros", Opinião, ontem).

"Onde estão os acusados do mensalão do PSDB? Quem aplicará às denúncias que envolvem o Metrô de São Paulo a mesma sanha punitiva vista na ação penal 470? Não está a Operação Lava Jato a mostrar que os métodos de financiamento da política continuaram intactos depois do processo do mensalão? Barbosa não deveria permanecer na ativa se quisesse, de fato, equilibrar o jogo?", escreveu ele.

Realmente, acho que coragem mesmo é só contra o PT.

JOSÉ CLÁUDIO MOSCATELLI (Sertãozinho, SP)

O ministro se aposenta aos 59 anos de idade e passa a receber o salário integral, em torno de R\$ 29 mil, algo a que o brasileiro comum não tem direito. A nossa lerda Justiça, por meio desse senhor, dá mais uma demonstração da injusta desigualdade entre os cidadãos da nossa nação.

ALFREDO STERNHEIM (São Paulo, SP)

01 JUN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# Soma de paradoxos

As cúpulas do Senado e da Câmara se mobilizam para derrubar, o quanto antes, resolução do Tribunal Superior Eleitoral que, com base no Censo de 2010, recalculou a quantidade de deputados a que os Estados têm direito. Enquanto oito deles veriam suas bancadas diminuir, cinco ganhariam espaço.

Para os presidentes das Casas, trata-se de invasão de competência. Não caberia ao Poder Judiciário distribuir cadeiras no Legislativo — muito menos em ano eleitoral.

A questão, porém, vai muito além dos poucos assentos em disputa. O Brasil padece de inegável distorção federativa, um vespeiro no qual nenhum parlamentar ousa pôr a mão.

À primeira vista, seria fácil definir as bancadas seguindo o critério “um homem, um voto”, dando a todos os eleitores peso equivalente nas urnas. Assim, se São Paulo tem população 91 vezes maior que a de Roraima, sua representação na Câmara deveria ser 91 vezes maior.

A realidade, no entanto, dificilmente se mostra tão simples quanto uma regra de três. Para começar, quase nunca a fórmula matemática resultará num número inteiro, exigindo aproximações — o que está longe de ser um problema trivial.

Mantendo-se fixo o número de representantes, como estabelece a

maioria dos países, os arredondamentos necessários conduzem a paradoxos surpreendentes.

Nos EUA, por exemplo, os parlamentares descobriram em 1880 que, ao aumentar o contingente na Câmara observando as mesmas regras que sempre haviam utilizado, o Estado de Alabama perdia um deputado. Em 1900, o Colorado ganharia três cadeiras em qualquer composição que tivesse entre 350 e 400 assentos, exceto 357, hipótese em que ganhava apenas dois lugares.

A situação é mais complicada no Brasil, onde a legislação fixa um piso de oito nomes por Estado e um teto de 70. Apenas São Paulo chega a tanto. Pela matemática, seus 41 milhões de habitantes dariam direito a 110 dos 513 deputados.

Pode-se argumentar, sem dúvida, que o sistema equaliza os entes federados, para que os de maior força política e econômica não predominem. A preocupação é justa, mas o nivelamento já existe, e com vigor total, no Senado, onde cada um dos Estados tem três representantes.

Agrava o quadro o fato de que as bancadas federais definem o tamanho das Assembleias Legislativas, criando uma poderosa cadeia de interesses resistente a mudanças — um contrassenso político que se soma ao paradoxo matemático.

01 JUN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Sedes atraem prostitutas adolescentes

Garotas de programa do interior se preparam para passar Mundial em cidades da Copa atrás de turistas estrangeiros

**Meninas desconhecem lei sancionada por Dilma que torna crime hediondo exploração sexual de menores**

ANDRÉ UZÊDA

ENVIADO ESPECIAL A QUIXADÁ (CE)

DANIEL CARVALHO

DO RECIFE

LUCAS REIS

DE MANAUS

No interior do Ceará, a adolescente Paula (nome fictício), 16, planeja-se para a Copa do Mundo. Diz que passará 15 dias em Fortaleza para fazer programas sexuais.

À **Folha**, na zona rural de Quixadá, ela relata as viagens periódicas e “secretas” à capital do Estado — “meus pais não sabem” — e que cada programa custa cerca de R\$ 60.

No Mundial, diz, um agenciador a levará a Fortaleza e cuidará da hospedagem. Em troca, ele receberá de R\$ 15 a R\$ 20 por cada programas. “Acaba sendo um trato.”

Paula está a 1.823 km de Brasília, onde, na semana retrasada, ao lado de Xuxa, a presidente Dilma sancionou a lei que torna crime hediondo a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A cearense Paula, que largou os estudos no 1º ano do ensino médio e atualmente faz bicos como babá, nunca ouviu falar dessa nova lei.

“A gente acaba não sabendo dessas coisas”, diz.

Desconhecida de Paula, a lei torna esse crime inafiançável, e quem for condenado terá que cumprir um período maior no regime fechado para poder pleitear a progressão da pena, que é de quatro a dez anos de reclusão.

A assinatura da lei ocorreu na quarta (21). Cinco dias depois, na segunda (26), a **Folha** encontrou adolescentes à espera de programas no bairro turístico da praia de Iracema, em Fortaleza.

Com saias de pano, shorts apertados e blusas que mostravam a barriga, pediam de R\$ 80 a R\$ 100 pelo programa.

Ana (também fictício, assim como os demais citados nesta reportagem) mostrou uma identidade falsa, como se tivesse 24 anos. “Nunca lembro minha idade direito.”

Ao lado de Ana, Marta se apresentou como conterrânea de Paula, de Quixadá (a 167 km de Fortaleza). “Vim para ganhar dinheiro na Copa.”

### REALIDADES IGUAIS

As realidades dessas três meninas cearenses se confundem com as de Jéssica, 16, Rafael, 16, e Cristina, 17, de Pernambuco, e as de Bruna, 16, e Carla, 17, no Amazonas.

No Recife, também na semana passada, a **Folha** encontrou Jéssica em meio a uma forte chuva. Encolhida, tossindo e tremendo de frio, aguardava algum carro que rendesse um novo programa.

Ela era a única naquela noite na beira do manguezal em Santo Amaro, no centro.

Eram 21h30, e ela já estava no local desde o meio-dia. Não fazia ideia de quantos programas havia feito naquele dia. Nem tinha mais dinheiro, gasto todo com crack.

“Até queria parar porque essa vida é muito difícil, os homens batem na gente, dizem que vão matar a gente. Mas o vício é grande”, diz.

Frágil, doente e drogada, ela não tem muitas expectativas com a Copa do Mundo, ao contrário de Rafael, 16.

“Vou para a boate porque dá mais turista”, diz o adolescente, que começou a se prostituir aos 14 anos e faz ponto na periferia do Recife.

A proximidade da Copa também anima a travesti Cristina, 17, que se prostitui desde os 13 e, no Mundial, promete elevar o preço do programa de R\$ 100 para R\$ 300 a hora no Recife. “Só vou pegar as ‘maricóns’ gringas e finas. Vai ser um arraso.”

**CONTINUA**

01 JUN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Governos dizem se armar contra a exploração sexual no Mundial

### CONTINUAÇÃO

#### DINHEIRO FÁCIL

No outro extremo do país, em Manaus, a reportagem conversou com Bruna, 16: saia curta, blusa decotada, rosto e corpo de criança.

“Já fazia uma semana que eu e minha irmã de dois anos mal tínhamos o que comer. Uma amiga me contou onde conseguir dinheiro fácil.”

Ela também sustenta o vício de crack e óxi e cobra R\$ 40 por meia hora de programa. “Meu pai falava que nem pra puta eu servia. Perdi a vontade de ser alguma coisa na vida”, diz a adolescente, que sonha ser veterinária.

Para a garota, a Copa é apenas uma chance de faturar um dinheiro a mais.

Numa outra esquina de Manaus, Carla, 17, conta com os estrangeiros do Mundial. “Falaram que vão chegar uns turistas com dinheiro, americano, inglês, e que a gente vai se dar bem na Copa”, afirma.

Exploração sexual infantil e crime hediondo são termos que ela desconhece. “Tenho medo é de engravidar. Sei que o que eu faço não é certo, mas o que mais posso fazer?”

O governo federal, Estados e municípios afirmam que estão se armando para tentar evitar uma explosão do turismo sexual infantil na Copa.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência iniciou em 2013 um plano para agilizar ações de combate ao crime, com reforço de equipes e plantões em dias de jogo.

A maior parte das ações se concentrará no entorno das arenas e das fan fests da Fifa, segundo a secretaria. As meninas encontradas pela reportagem no Recife, em Fortaleza e em Manaus, no entanto, estavam longe dessas áreas.

“A exploração sexual infantil não está mais tão visível, ela acontece nos bastidores da sociedade, por isso há dificuldade para combatê-la”, disse Angélica Goulart, secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria dos Direitos Humanos.

Para a ONG sueca Childhood, que trata do assunto no Brasil, o governo demorou a agir. “Em algumas cidades, a questão começou a ser trabalhada no começo do ano. Mas é um pontapé inicial importante”, disse Anna Flora Werneck, gerente da ONG.

Segundo ela, estudos mostram que eventos como a Copa, com “cenário de festa e álcool”, podem alavancar o turismo sexual infantil, e até a pausa no calendário escolar é um problema, por deixar as crianças vulneráveis.

Ela acredita que só tornar a prática um crime hediondo não resolve. “É preciso aumentar as denúncias, melhorar as formas de combate.”

Em Pernambuco, o governo informou que realiza palestras de conscientização e desenvolve um trabalho com taxistas para que denunciem a exploração sexual infantil.

A Prefeitura do Recife diz que fez oficinas com taxistas e trabalhadores do setor hoteleiro, enquanto Manaus realizou uma campanha na semana passada e prevê a instalação de uma rede de proteção com vários órgãos.

O governo do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza, em parceria, dizem que têm uma política de fiscalização e que neste ano vão ampliá-la.

01 JUN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Ex-goleiro Edinho, filho de Pelé, é condenado a 33 anos de prisão

Acusação é de lavagem de dinheiro do tráfico; ainda cabe recurso

O ex-goleiro Edson Cholbi Nascimento, o Edinho, filho de Pelé, foi condenado a 33 anos e quatro meses de prisão pelo crime de lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas.

A decisão, da juíza Suzana Pereira da Silva, da 1ª Vara Criminal de Praia Grande, no litoral paulista, admite recurso. As informações são do jornal "A Tribuna", de Santos.

Outros quatro réus receberam a mesma pena: Ronaldo Duarte Barsotti de Freitas, conhecido como Naldinho; Clóvis Ribeiro, o Nai; Maurício Louzada Ghelardi, o Soldado, e Nicolau Aun Júnior, o Nick.

Segundo a "Tribuna", além da prisão, a Justiça decretou a perda dos bens já apreendidos. Entre eles, há mais de cem veículos, que pertenceriam a lojas de Naldinho.

Segundo a promotora Ana Maria Frigério Molinari, autora das denúncias que deram origem às duas ações, Naldinho era o líder de uma quadrilha de tráfico de drogas; Edinho seria responsável por lavar o dinheiro e "ligação entre os braços armado e financeiro" do grupo.

Baseado na Lei Antitóxicos, o processo foi aberto em 2005, após ocorrência registrada pela Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes de São Paulo.

A Folha telefonou e deixou recados para o advogado de Edinho, Sidney Gonçalves, mas ele não retornou.

A reportagem também ligou para os advogados dos outros réus, mas não conseguiu entrar em contato.

A assessoria do Santos Futebol Clube confirmou a condenação, mas o clube preferiu não se manifestar, dizendo tratar-se de uma questão pessoal de Edinho.

02 JUN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Já vai tarde

### RICARDO MELO

**Alguém poderia citar uma medida da gestão Barbosa que tenha servido ao povo contra os poderosos?**

*UM DESASTRE.* Se considerada à luz dos fatos, essa é a forma de encarar a gestão de Joaquim Barbosa como presidente do Supremo Tribunal Federal.

Para não dar muito na vista, mesmo os que enaltecem esse período destilam críticas laterais ao ministro que vai se aposentar. Tinha temperamento instável, era ríspido com os adversários, não suportava críticas. Fossem esses os problemas da gestão de Barbosa, só teríamos a comemorar.

Mas não é disso que se trata. Sob sua batuta, o Supremo Tribunal Federal cometeu indecências renegadas até por juristas absolutamente insuspeitos de serem de situação ou oposição.

A lista de despautérios é imensa. Algumas: a recusa em adicionar como prova ao processo do mensalão o inquérito 2474, que jogava por terra boa parte das “provas” apresentadas contra os acusados. A admissão, em público, de que ampliou penas artificialmente para prejudicar réus. A aceitação de um julgamento que misturava ao mesmo tempo acusados atingidos pelo chamado foro privilegiado com réus com direito a tramitação em instâncias inferiores ao STF —maiores esclarecimentos com Eduardo Azeredo, do PSDB, símbolo do mensalão mineiro.

A maior das extravagâncias talvez tenha sido a adoção do escândalo jurídico apelidado de domínio do fato.

Primeiro, pela covardia. Se é para condenar alguém pela ação penal 470 porque, se não sabia, deveria saber —traduzindo em miúdos, o sujeito é culpado até que prove sua inocência, o inverso do Direito mais elementar—, o primeiro réu a ser arrolado deveria ser o então presidente Lula. Mas cadê coragem? O Torquemada nacional refugou.

Depois, pelo oportunismo: a transformar-se em jurisprudência, o domínio do fato colocaria na cadeia gente como Silvio Santos (como não sabia que o banco dele tinha um rombo de mais de R\$ 4 bilhões?), Fernando Henrique Cardoso (como ignorava que sua reeleição fora comprada a céu aberto, fato registrado em gravações?), empreiteiros de diversos sobrenomes (que história é essa de desconhecer doações milionárias em troca de favorecimento em licitações?) etc. etc.

Tamanhos absurdos são muito mais importantes que o apego midiático demonstrado por Barbosa. A caravana aérea dos condenados na ação penal 470, a insistência em manter José Dirceu trancafiado, as investidas contra José Genoíno —tudo isso é apenas cortina de fumaça.

Ao comunicar seu afastamento, Barbosa afirmou: “Esse assunto está completamente superado. Sai da minha vida a ação penal 470 e espero que saia da vida de vocês. Chega desse assunto”.

Nada disso, pelo contrário. A melhor coisa que o STF tem a fazer para resgatar alguma credibilidade é realizar a autópsia desse período em que a noção de Justiça foi trocada pela de justiça. A propósito: alguém poderia citar numa tacaada só uma única medida do Supremo nestes anos de gestão Barbosa que tenha de fato servido ao povo contra os poderosos?

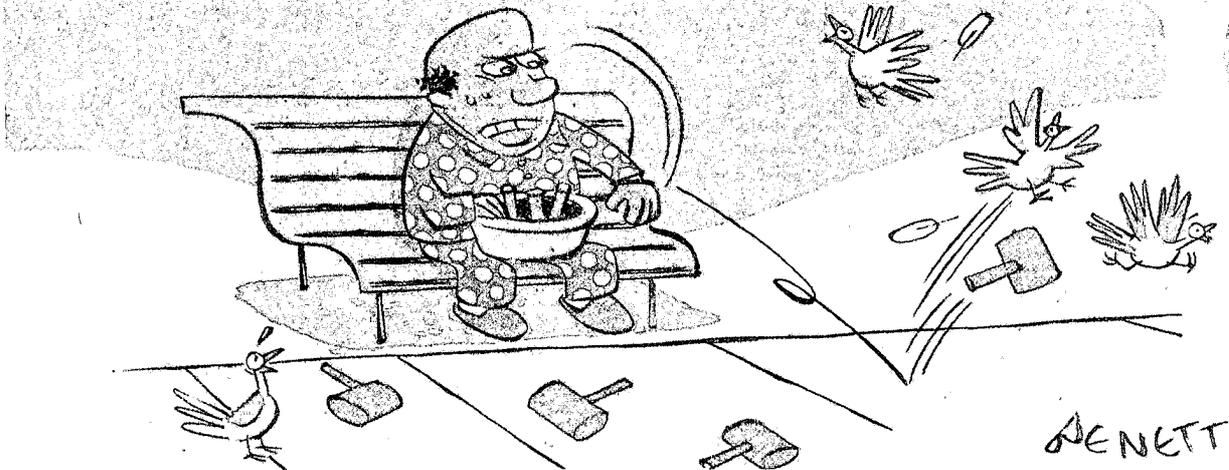
### FÍGADO E MEMÓRIA

Políticos em sua totalidade, sem distinção partidária, costumam responder aos críticos das alianças heterodoxas de que participam com uma frase padrão: “Política não se faz com o fígado”. Tudo bem, mas se faz também com memória. Cada vez que um candidato do PT aparece numa foto com olhar subserviente diante de um Paulo Maluf, uma legião de gente bem-intencionada torce o nariz. Por essas e por outras eu repito o que disse certa vez: em dia de eleição, só saio da cama depois das cinco da tarde.

02 JUN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## BARBOSA APOSENTADO



### PAINEL DO LEITOR

#### Joaquim Barbosa

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, além de um magistrado ímpar na história jurídica do país, é também nosso referencial como cidadão, ao batalhar com muita garra, veemência e desprendimento para que sua função institucional não seja ofuscada por interesses fisiológicos de partidos políticos, governos e corruptos.

Ficará na história jurídica como exemplo de magistrado que soube colocar os interesses do nosso país acima de tudo.

CECÍLIA MORICOCHI MORATO (Franca, SP)

André Singer resumiu bem a atuação de Joaquim Barbosa no julgamento da ação penal 470 ("O justiceiro", "Opinião", 31/5). Quisesse o ministro uma mudança, não abandonaria o barco com tantas pendências a julgar. A popularidade o enfeitou, deixando a esperada democratização da Justiça em segundo plano.

Sua falta de humildade não aceitaria que ele se sentasse num plenário tendo a presidência de Ricardo Lewandowski.

SERGIO COSTA CAMPOS (Belo Horizonte, MG)

Lamentável a notícia da aposentadoria precoce do presidente do Supremo Tribunal Federal. Ele é um líder que age com sabedoria e justiça e persiste no resultado verdadeiro de suas análises.

O que faremos sem Joaquim Barbosa? Será que seu sucessor terá a mesma coragem?

Parabéns, Joaquim Barbosa. Seu trabalho já ficou na história.

MARIA MADALENA PIRES DE SOUZA (Ribeirão do Sul, SP)

Joaquim Barbosa já vai tarde, mas leva seu quinhão. Pretendo paladino da Justiça, deixou no STF a marca da arrogância, do ódio e da vingança.

Que usufrua de sua gorda aposentadoria e tente fazer um exame de consciência sobre quantas oportunidades perdeu de trazer seriedade para os julgamentos que presidiu e relatou.

ADILSON ROBERTO GONÇALVES (Lorena, SP)

No Brasil, há sempre a crítica de que a Justiça pune somente as pessoas pobres. Quando um ministro como Joaquim Barbosa resolve agir, é chamado de prepotente e autoritário por uma minoria que não está acostumada a esse tipo de atitude.

Para a maioria dos brasileiros, o ministro se tornou um herói nacional e sempre vai ser lembrado como uma pessoa humilde que colocou poderosos na prisão.

CLAUDIR JOSÉ MANDELLI (Tupã, SP)

O professor André Singer guarda uma certa mágoa do justiceiro Joaquim Barbosa. De acordo com a sua opinião, a punição caiu apenas sobre um dos times do campeonato político-nacional.

Nós, o povo, queremos cartão vermelho para quem "pisar na bola", ou seja, quem joga pela ponta direita ou quem cai mais pela esquerda, independentemente das cores da camisa.

OBED ZELINSCHI DE ARRUDA (Santos, SP)

02 JUN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### **Grupo de liberdade de expressão recebe novos membros**

**DE SÃO PAULO** - A Comissão Especial de Defesa da Liberdade de Expressão da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) recebe novos membros nesta segunda-feira (2), em Brasília. Presidido pelo ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto, o grupo foi criado em 2013 para defender a liberdade de manifestação do pensamento. A advogada da **Folha** Taís Gasparian e o jornalista Fernando Rodrigues, colunista do jornal, estão entre os novos membros da comissão que tomam posse nesta segunda.

02 JUN 2014

## BEMPARANÁ

# Magistrado ou Justiceiro?

Carlos Augusto  
Vieira da Costa

Sobre Joaquim Barbosa pode-se dizer tudo, menos que tenha tido uma trajetória anódina na sua década de Supremo Tribunal Federal. De herói a vilão, magistrado a justiceiro, penso que JB é uma síntese das muitas opiniões que já ditas e ainda por dizer a seu respeito.

De minha parte, confesso não ser seu fã, mas também não lhe devoto qualquer despreço. De bom teve a coragem e a disposição para agir e viver fora da zona de conforto. Já contra si pesou as inúmeras demonstrações de autoritarismo e prepotência. Como não lembrar do dia que mandou um jornalista chafurdar no lixo?

Na verdade, penso que

Barbosa acertou no remédio mas errou na dose ao se colocar como um paladino da justiça. O julgamento do mensalão foi um marco contra a nossa tradição de impunidade. Contudo, permitir que o PT fosse transformado no ícone da corrupção foi um equívoco.

O nosso modelo político que mescla presidencialismo com pluripartidarismo torna o governo refém dos pequenos partidos para formação de maioria parlamentar, e apoio nessas circunstâncias sempre custa caro, e o preço pode variar de cargos a emendas, favores ou dinheiro. E essa lógica sempre prevaleceu, para o bem ou para o mal. Portanto, condenar o Partido dos Trabalhadores sem avaliar corretamente o peso do passado é casuismo e não se presta trans-

formar o futuro. Já Barbosa teve nas mãos a oportunidade de fazer essa revisão por atacado, mas preferiu focar no varejo, como mero justiceiro.

De qualquer modo, Barbosa fez mais que muitos, e entre erros e acertos, deixa o STF com créditos. A expectativa agora fica por conta do que ele fará no futuro. Afinal, JB ainda é jovem (61) para vestir o pijama. De qualquer modo, independentemente do que escolha fazer, por certo não lhe faltará emoção, pois se até hoje a toga lhe serviu de couraça inexpugnável, doravante não devem faltar aventureiros e desafetos dispostos a lhe cobrar alguma fatura.

\* Carlos Augusto Vieira da Costa  
Procurador do Município de  
Curitiba

## Dos Efeitos da Transação Penal

\*Jônatas Pirkiel

Este é mais um daqueles casos que, infelizmente, acaba sendo apreciado pela mais alta Corte de Justiça do país, cuja função maior seria a de tratar dos casos onde há ofensa à matéria de ordem constitucional. Neste caso, ocorrido no ano de 2008, se trata de uma ação penal que tramitou no Juizado Especial Criminal de Londrina, onde o acusado era "recolhedor de apostas do jogo do bicho" e se utilizou de uma moto de sua propriedade para esta atividade.

Lavrado o Termo Circunstanciado, cuja tipificação foi a contravenção do artigo 58, da Lei 3.688/1941, apreendida a motocicleta do suposto infrator, foi oferecida pelo Ministério Público a proposta de "transação penal", que aceita foi devidamente homologada

pelo julgador que, acessoriamente, decretou a perda do bem, entendendo que o mesmo teria sido utilizado para o cometimento da referida contravenção penal.

A defesa, recorreu da decisão, que foi mantida pela Turma Recursal Única do Paraná, vindo o caso a ser apreciado pelo Supremo por força das disposições legais aplicáveis aos recursos contra decisões dos Juizados Especiais. Na Suprema Corte, a discussão gira em torno da possibilidade de ser a transação penal entendida como uma condenação ou não.

No entendimento do relator, ministro Teori Zavascki: "...a imposição de perda de bens sem que haja condenação penal ou a possibilidade de contraditório pelos acusados representa ofensa ao devido processo legal...as medidas acessóri-

as previstas no artigo 91 do Código Penal (CP), entre as quais a perda de bens em favor da União, exigem a formação de juízo prévio a respeito da culpa do acusado, sob pena de ofensa ao devido processo legal...".

No mesmo sentido, o procurador-geral da República, argumentou que: "...a transação penal deve ser entendida como um acordo no âmbito do processo penal, ainda que limitado...o objetivo é diminuir a carga do processamento da justiça penal para que se possa ter agilidade nas ações penais e desafogar a justiça criminal... para o Ministério Público, a sentença tem natureza homologatória e não a de sentença penal condenatória...".

\* O autor é advogado na área criminal (jonataspirkiel@terra.com.br)

**BEMPARANÁ****Responsabilidade**

Operadora de plano de saúde responde por erro médico desde que tenha indicado o profissional causador do dano. O entendimento é do ministro Luis Felipe Salomão, do STJ.

**Leasing**

Veículo com contrato de leasing não pode ser penhorado para pagamento de dívida porque o bem não pertence ao executado, mas ao arrendador. O entendimento é da 4ª Turma do TST.

**Absolvido**

Réu absolvido em processo criminal não tem direito de receber indenização por danos morais. O entendimento é da 4ª Turma do TRF da 4ª Região.

**Certidão**

Exigir certidão de antecedentes criminais para admissão em emprego gera dano moral. O entendimento é da 6ª Turma do TST.

**INSS**

O INSS em Santa Catarina deve implantar em 45 dias, automaticamente, os benefícios do plano previdenciários por invalidez, caso a perícia não seja realizada nesse período. A determinação é da 5ª Turma do TRF da 4ª Região,

**Jazigo**

O jazigo é bem impenhorável, pois se trata de uma extensão do domicílio dos membros da família. O entendimento é da 6ª Turma Cível do TJ do Distrito Federal.

**Psicotécnico**

A Polícia Federal pode exigir exame psicotécnico como requisito para avaliar o perfil do candidato ao ingresso no cargo de agente. O entendimento é da Justiça Federal no Distrito Federal.

**Férias**

Uma servidora pública federal que após iniciar suas férias precisou entrar em licença médica tem o direito de remarcar as férias que não foram tiradas. O entendimento é da 1ª Turma do TRF da 3ª Região.

**Posto**

A Caixa Econômica Federal inaugurou o posto de atendimento na sede da OAB Paraná. A unidade terá um gerente e um caixa com conhecimentos na área de depósitos judiciais e também na área comercial, além de dois caixas eletrônicos.

02 JUN 2014

## BEMPARANÁ

KARLOS  
KOHLEBACH

### Empreiteiras: cada vez mais perto da PF e longe do Poder Judiciário

Fontes da Polícia Federal e do Ministério Público Federal do Paraná comentaram, reservadamente, que estão descrentes quanto ao futuro da operação Lava Jato – que desvendou a ação de uma quadrilha, com ramos na Petrobras e até no Congresso Nacional, especializada em lavagem de dinheiro. Inicialmente, falava-se em desvios da ordem de R\$ 10 bilhões, mas este valor já é considerado desatualizado, tamanho o número de contratos envolvendo a empresa do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Contam as fontes das duas instituições que são grandes as chances do Supremo Tribunal Federal (STF) anular uma boa e importante parte da investigação. “Se o STF considerou que o juiz Sérgio Moro (do Paraná) era incompetente para investigar o caso, logo, todas as suas decisões, inclusive as quebras de sigilo bancário e telefônico, devem ser anuladas”, explica uma fonte do MPF. Mas tanto a fonte do MPF quanto da PF convergem para uma questão instigante: “você já viu uma operação da PF prosperar quando há envolvimento de uma grande empreiteira do país? Como acabou a operação envolvendo o banqueiro Daniel Dantas? Como acabou a operação Castelo de Areia?”. De fato, todas estas operações foram ceifadas por decisões do Judiciário. “É sabe por quê?”, questionam as fontes novamente. “Porque se estas empreiteiras forem condenadas num processo judicial elas podem ficar proibidas de contratar com o poder público”. E, como há muito dinheiro envolvido, “estas empreiteiras se tornaram peças fundamentais na engrenagem do crime. E são estas mesmas empresas que abastecem as campanhas eleitorais”.

# FOLHA DE LONDRINA

## Lavagem de dinheiro

O crime de lavagem de dinheiro nunca esteve tão em evidência no Brasil. Diretamente ligada à corrupção e ao tráfico de drogas, essa ação resulta em uma prática perversa que causa prejuízos irreparáveis à sociedade como um todo. O princípio básico é legalizar recursos obtidos por meios ilícitos, escondendo a sua verdadeira origem.

02 JUN 2014

A boa notícia aos brasileiros é que o monitoramento a esse tipo de crime também tem aumentado. Relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (órgão vinculado ao Ministério da Fazenda) aponta que, em dois anos, houve crescimento de 200% na emissão de documentos que indicam transações financeiras suspeitas ou sem comprovação. O Paraná aparece em quinto lugar no ranking dos Estados que mais geram relatórios, atrás do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As notificações estão diretamente relacionadas ao Produto Interno Bruto de cada unidade da federação.

No entanto, tão importante quanto investigar e punir os envolvidos nessa prática é fazer com que ocorra a devolução do dinheiro desviado. Dados do Ministério Público indicam que entre 2007 e 2013 cerca de R\$ 20 bilhões provenientes de lavagem de dinheiro foram recuperados. No entanto, há o sentimento entre a população de que os envolvidos podem até ser punidos, mas raramente o dinheiro retorna aos cofres públicos. E esse cenário precisa ser modificado. A partir da punição – que parece ser prejudicada devido aos excessos de recursos possíveis o que gera a morosidade judicial – e da devolução do dinheiro é que esse tipo de crime pode ser reduzido.

Além da prisão dos “mensaleiros” e da Operação Lava Jato, os brasileiros precisam voltar a acreditar na Justiça. Os chamados “crimes de colarinho branco” têm que ser perseguidos implacavelmente e não podem mais ficar impunes. A sociedade precisa de uma resposta e da segurança de que a Justiça é – de fato – igual para todos.

02 JUN 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Decisão do STF sobre ISS x ICMS ainda está longe do fim

Conforme nos aproximamos do aniversário de 3 anos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADIN nº 4389, que determinou a incidência do ICMS na atividade industrialização de embalagens, vale lembrar um importante aspecto processual: essa decisão não é definitiva e, pelo que nos parece, a questão ainda está longe de ser resolvida.

Isso porque o posicionamento do STF em abril de 2011, sobre a polêmica da incidência do ISS ou do ICMS no setor de embalagens,

possui natureza cautelar, ou seja, trata-se de uma decisão provisória, proferida mediante uma análise preliminar dos Ministros quanto à matéria. Maior certeza jurídica dar-se-á somente quando da análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade pelos Ministros.

Portanto, a questão do "ISS x ICMS" na operação das embalagens ainda deve ter alguns desdobramentos. É fato que o deferimento da medida cautelar na ADIN 4389 conferiu um importante direcionamento para a questão. Entretanto, o cenário

pode mudar assim que o processo retornar à pauta do STF, e, dada a mudança normal no quadro dos ministros do STF, não é de se surpreender caso haja uma alteração no entendimento proferido naquela oportunidade e que ainda encontra-se vigente.

Assim, a definição que hoje é pela incidência do ICMS, pode ser reformada de forma que volte a incidir o ISS sobre as operações de industrialização de embalagem e, como se observa, o contribuinte permanece na pior situação possível, a da insegurança jurídica.

### Justiça de Candói condena ex-gestor público por promoção pessoal ilegal

O Juízo da 3ª Vara Cível da comarca de Guarapuava condenou o ex-prefeito de Candói a ressarcir os cofres públicos, além de pagamento de multa (equivalente a cinco vezes o valor da menor remuneração que percebeu como prefeito em 2011), e suspensão dos direitos políticos pelo período cinco anos. A decisão, de primeira instância, foi proferida a partir de ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizada pela 7ª Promotoria de Justiça de Guara-

puava. Na sentença, a Justiça reconhece que o emprego de frases de campanha política em bens públicos caracterizou promoção pessoal do então gestor e, portanto, improbidade administrativa que gera prejuízo ao erário.

Na petição inicial, a promotora de justiça Leandra Flores aponta que o requerido, em virtude de reeleição ao cargo de prefeito de Candói na gestão 2009/2012, ordenou o emprego da frase de sua campanha eleitoral em veículos oficiais, como

ônibus escolares e da Secretaria Municipal de Saúde, em placa de identificação da academia de terceira idade e, também, em cestos de coleta de lixo nas vias públicas, escolas e postos de saúde, entre outros locais. A frase também foi estampada nos uniformes escolares usados pelos alunos da rede municipal. Essa publicidade gerou, ao erário, despesa de R\$ 76,5 mil. As partes foram intimadas da sentença esta semana, e têm quinze dias para interpor recurso.

02 JUN 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Giro eleitoral destaca planejamento do TRE-PR para biometria em 2015

A nova fase da revisão biométrica no Paraná vai começar em fevereiro do próximo ano e deve se estender até outubro. Esse é um dos destaques do programa Giro Eleitoral, que vai ao ar neste sábado (31). A previsão é de que sejam cadastrados pela impressão digital cerca de um milhão de eleitores nesse período. Nas eleições deste ano, 25% do eleitorado do Paraná já será identificado pelas digitais. Com a conclusão da nova etapa, essa porcentagem deve

chegar a 40%.

O Giro Eleitoral desta semana também mostra que representantes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o Brasil se reuniram em Brasília para discutir as regras de financiamento de campanhas eleitorais das eleições deste ano. O programa destaca também que, no Rio de Janeiro, parceria com a Polícia Militar vai reforçar o combate à propaganda eleitoral irregular.

O Giro Eleitoral é um progra-

ma semanal que traz as principais informações da Justiça Eleitoral nos estados e vai ao ar todo sábado às 16h50 e às terças-feiras às 7h54 na TV Justiça. Você também pode acessar o programa na página oficial do TSE no Youtube. O endereço eletrônico é [www.youtube.com/justicaeleitoral](http://www.youtube.com/justicaeleitoral). Para assistir, basta clicar no destaque do Giro Eleitoral e ficar por dentro do que está sendo feito em todo o país para garantir os direitos do eleitor brasileiro.

## Juíza federal toma posse no TRE/PR

Em sessão solene realizada no início da tarde do dia 29 de maio, tomou posse a juíza federal Vera Lúcia Feil Ponciano no cargo de membro efetivo da Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, sucedendo ao magistrado Marcos Roberto Araújo dos Santos, na vaga destinada aos juízes federais. Vera Lúcia Feil Ponciano é titular da 6ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba.

## Justiça mantém a exclusividade da marca Perdigão

A 13ª Vara Federal manteve a exclusividade do uso da marca Perdigão, cuja principal atividade econômica é o abate de aves. A decisão confirma a nulidade do registro de uma empresa especializada na fabricação e comércio de calçados e botinas de couro, que pleiteava o uso do mesmo nome.

A nulidade foi decretada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), réu no processo juntamente com a Perdigão Agroindustrial.

Na decisão, a juíza federal Marcia Maria Nunes de Barros observou que o INPI agiu bem ao mencionar em seu parecer técnico que a marca da empresa autora, apesar de não concorrer em termos mercadológicos com a ré, aproveita-se de sua fama e

renome. Ainda de acordo com a sentença, “é necessário ter em mente que o cerne da questão posta nos autos reside, exatamente, na notoriedade da marca Perdigão perante o público consumidor.”

A decisão foi proferida em 15 de abril de 2014 e deverá ser anotada nos registros do INPI, bem como publicada em seu site oficial e na Revista da Propriedade Industrial (RPI), no prazo de 15 dias a partir da intimação.

# IMPACTO PARANÁ

## JUSTIÇA

Osmann de Oliveira  
- Advogado

31 MAI 2014

### EMPREITEIROS DA CALÚNIA

*"Caluniai, caluniai que algo ficará". (Voltaire).*

*Essa frase inspirou Ruy Barbosa quando no-la repetiu: "o caluniar caluniar continua a ter adeptos; mas o seu comércio é cada vez mais desprestigiado, mais ignóbil e mais inofensivo".*

E essa verdade é indiscutível! Assim como se pode empreitar a morte do animal selvagem ou do ofídio que se prepara para atacar e ferir, também, na área do relacionamento humano, existem aqueles que se deixam contratar mediante paga para o exercício da mais imunda e torpe de todas as ações: a mentira como sinônimo do que é falso, dissimulado ou infundado. O pior é quando a inverdade procura ganhar crédito e vai para as mesas dos tribunais para enganar, iludir ou ludibriar aqueles que desejam ser isentos e justos mas que, às vezes, podem, até duvidar. pois, a incerteza só vem a dissipar-se quando haja serenidade e isenção daquele que vai apreciar o que lhe é submetido.

Nessa hora é preciso que em lugar da toga, por exemplo, vista o magistrado a couraça da prudência, não para sentenciar, mas para defender-se do sicário que lhe quer roubar a consciência ou transformá-lo em cúmplice da sua agressão à dignidade e à honra da vítima. Pululam os quadrilheiros e estes, como malejambrados Aretinos adulam na tentativa de conquistar algum favor. Na verdade são crápulos e perversos.

Sobre eles escreveu WILLIAN SHAKESPEARE: **"mesmo sendo casto como gelo e puro como a neve, ninguém está livre da calúnia"**.

O infame é sorrateiro, não encara nunca, caminha de esgueirado e só

aparece de soslaio. A fresta é sempre a sua janela e a verruma a sua arma. A única identificação que existe entre o ladrão e o caluniador é a covardia de ambos eis que enquanto o gatuno se expõe e corre o risco de levar um tiro, uma facada e morrer o outro é oblíquo, é disfarçado, não fala alto, murmura, cochicha, mexerica, intriga e enreda.

A empreitada é sempre um mal, sobretudo, quando se nota, a forma como constroem ou "fabricam" "provas" para pedir dinheiro. Materializam o embuste. A cabeça de cada um é cheia de peste e de rancores. Sem estas duas coisas a vindita não se desenvolveria e eles se sentiriam frustrados.

Andam sempre juntos, seja através de mandatos, ou seja lá pelo que for, pois, o objetivo sempre é a pecúnia gorda embora, fracos que o são, contentem-se com migalhas. Até nisso são pobres, é que a fortuna não nasce para o mercenário. Esses indivíduos não andam em caravanas sérias, ao contrário, integram cáfilas que, em sentido figurado, não representam a defesa de direitos, mas significam proteção aparente.

No fórum é o lugar aonde mais se encontram esses indivíduos, seja arrematando bens, seja procurando criar em determinadas mentes a certeza de que, só mesmo caluniando, poderão obter algum tipo de vantagem. Não há direito, entretanto, onde a mentira impere ou tente imperar.

Se você, leitor, herdou dos seus pais a dignidade e a reputação, defenda-as com todas as forças da sua vida. A honra é como o espírito: carrega-se no corpo para mais tarde entregá-la a Deus.

# IMPACTO PARANÁ 31 MAI 2014

## "OS DIÁRIOS SECRETOS DO BIBINHO"

"Confesso que fiquei em dúvida, a princípio. Tenho um acervo na memória, pois até meus computadores pessoais me levaram, e vou baseando em lembranças do passado um ordenamento das coisas que desejo colocar em ordem cronológica para contar dos meus tempos na vida pública. Fui empresário, hoje nem esse direito eu tenho, pois me impedem gerir um patrimônio que construí longe da Assembleia Legislativa, embora tenham deixado transparecer que àqueles '200 milhões' que dizem ter eu roubado, me fizeram um homem rico. Quando resolvi escrever estas memórias comecei a trazer para o papel as recordações do tempo em que comecei com o Aníbal Khoury, que um dia me alertou: "o dia do benefício que você conceder será a véspera da traição". Sábias palavras que hoje me convencem quanto à ingratidão de certos 'amigos' que ao longo do tempo estiveram ao meu lado e de repente sumiram como seu fosse portador de uma doença contagiosa. Poucos ficaram e, justamente esses é que merecem estas minhas memórias para que possam um dia sentir e transmitir de que nunca fui aquele ser humano criminoso mais criminoso que todos os outros que pisaram neste mundo. Desculpem o desabafo, mas ele faz parte dos momentos de angústia que tento superar ao lado de minha família que foi tanto atingida, mas sempre ficou ao meu lado, claro que com algumas exceções, pois até parente mais próximo diante de tudo que escreveram a meu respeito ficaram em dúvida se não teriam sido amigos de alguém que mentiu durante toda a sua existência. Assessor di-



reto de um dos maiores homens públicos que este Paraná já teve em todos os tempos, vivi e testemunhei fatos e personagens que se distinguiram pela honestidade, sinceridade e maneira de trato, mas convivendo, infelizmente, com gente cuja única preocupação foi sempre cuidar de si mesmo sem qualquer preocupação para com o próximo. Tenho consciência de que não sou uma pessoa sem pecados, mas não será a meus algozes que vou confessá-los porque eles pretendem, já o demonstraram, atribuir a este cidadão tudo aquilo que muitas vezes reflete o seu próprio comportamento e a maneira de proceder. Não vou, jamais, refletir com se fosse um espelho, a ignorância de quem faz do mal o seu alimento diário em relação aos seus semelhantes. Perdoem esse desabafo inicial que reflete talvez, um momento de fraqueza diante de tanta maldade a mim atribuída quando sabem, aqueles mesmo que me acusam ou alimentam em falsos boatos, que não são verdadeiros. Quero contar, nestes meus 'diários secretos' que não são assim tão 'secretos' quanto tantos outros, minhas observações de reuniões, opiniões ouvidas, manifestações e comportamento de pessoas acima de qualquer suspeita, cuja vida pregressa não daria um livro, mas uma verdadeira ficha corrida que se identificada devidamente, como tentaram comigo, revelariam quem são os verdadeiros bandidos".

Assessor de Aníbal Khoury, através do qual chegou a diretor geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o Bibinho, vem escrevendo as suas memórias em um documento que denominou "diários secretos", como aqueles que o jogaram contra a sociedade paranaense.

Pelo que o Impacto já teve conhecimento, choro e ranger de dentes prometem povoar o ambiente de uns e outros cujos atos abomináveis identificam cidadãos que nunca imaginaram teriam um dia revelados seus comportamentos em relação à sociedade onde convivem.

Tudo vai sendo analisado, segundo nos revelou, alinhavado decididamente, pois, como bem diz: "não vou deixar pedra sobre pedra, e pretendo colocar muitas coisas em seus devidos lugares deixando para a posteridade, quem sabe, o julgamento de quem se sente como colocado no banco dos réus e condenado antecipadamente e sem provas".

Mais alguns dias e os primeiros capítulos deste livro-bomba, que já tem editora interessada em editar, estarão de folhã resumida sendo publicados pelo Impacto.